

Entrevistado: Joel Benin

Local da Entrevista: Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Entrevistadores: Vivian Fonseca

Projeto: Preservação da Memória das Olimpíadas – Projeto Sessões

Transcrição: Elisa de Magalhães e Guimarães

Data da transcrição: 02/12/2016

Conferência de Fidelidade: Lucas Pacheco Campos

Data da Conferência: 17/02/2017

*Entrevista: 24/10/2016*

V.F. – Bom, em primeiro lugar, eu queria deixar aqui registrado o nosso agradecimento pela sua disponibilidade o tempo inteiro em colaborar com a gente e queria começar, um pouco, perguntando como é que foi a sua trajetória acadêmica e profissional. Se você puder contar um pouquinho para a gente...

J.B. – Eu me graduei em História – depois de um tempo fazendo movimento estudantil – participei do movimento estudantil, na década de 1990, fui presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas; depois, no Paraná, fui presidente da União Paranaense de Estudantes Universitários, da UPE, ligada à UNE<sup>1</sup>. Então, essa trajetória no movimento estudantil me despertou interesse pela história. Me graduei em História – História, Bacharelado – isto no Paraná, em Curitiba – e, já em Brasília, fiz o curso de Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas, de 2011 a 2013, período em que eu já atuava e trabalhava no governo federal no Ministério do Esporte, nos grandes eventos esportivos.

V.F. – E a gente conseguiu mapear, desde 2008, uma série de atuações suas relacionadas à pasta do Esporte – primeiro, no Paraná, e depois, no próprio Ministério. Eu queria entender, um pouco, como é que surgiu esse interesse com o tema do esporte, com a pauta, mesmo, do esporte.

J.B. – Eu, no Paraná, fui chefe de gabinete da Paraná Esporte, então, tinha uma relação, já, com o esporte a partir de lá. A Paraná Esporte, na época, coordenava uma ação muito grande com os Jogos da Juventude, com os Jogos Abertos do Paraná, então, era um programa bastante forte que a Paraná Esporte – que é a Secretaria de Esportes do Paraná – desenvolvia na época, e, a partir disto, eu fui convidado para ajudar na organização da 3ª Conferência Nacional do Esporte, de bater o plano

---

<sup>1</sup> Trata-se da União Nacional dos Estudantes (UNE).

decenal para o esporte, que envolveu uma mobilização em todo o país – eu coordenei as ações no Paraná e em São Paulo, a preparação da 3ª Conferência Nacional do Esporte, que culminou em um grande evento em meados de 2010. Foi a plenária final da Conferência Nacional do Esporte, que tratou desses pontos principais, tendo como o principal objetivo a preparação do plano decenal para o esporte no Brasil. E, nesse caminho, eu acabei entrando no Ministério do Esporte, na Secretaria Nacional de Futebol, que coordenava as ações de organização da Copa do Mundo<sup>2</sup>. Assumi a chefia de gabinete da Secretaria Nacional de Futebol e me integrei definitivamente nas ações de coordenação da organização e gestão da Copa do Mundo de 2014.

V.F. – E voltando um pouco nesse início, justamente na questão da Conferência Nacional do Esporte, como é que foi esse convite para atuar já no âmbito do Ministério?

J.B. – Bom, eu já tinha essa relação com o ministro do Esporte – na época, com o Orlando Silva –, com o secretário nacional de Futebol – Alcino Reis –, e [consequentemente] minha participação na construção da Conferência, surgiu a oportunidade – com essa integração que eu tive com as ações do Ministério –, o convite para que eu pudesse integrar o trabalho... primeiro, da Secretaria Nacional de Futebol e, imediatamente, também, nas ações da organização da Copa do Mundo.

V.F. – E ainda nessa coordenação de mobilização dessa 3ª Conferência, como é que você avalia os resultados dessa mobilização?

J.B. – Muito bom, porque eu acho que, ali, foi se consagrando, nessa 3ª Conferência, um pouco da política pública que existia no governo Lula – que iniciou no governo Lula –, que foi realizar as conferências temáticas, por área. Ou seja, naquela época, ali – eu lembro, em 2010 –, culminou com um conjunto de conferências temáticas coordenadas pelo governo, com a participação da sociedade civil, de órgãos... entidades da sociedade civil, de empresas... ou seja, a sociedade como um todo se manifestando, porque quem coordenava era o governo, mas era um chamado para a sociedade opinar sobre os temas. E, no esporte, não era diferente. A conferência, na verdade, resultava no lançamento de algumas opiniões, mas buscava, junto à sociedade, a coleta, o debate, opinião, e estimulava a mobilização para que essas opiniões resultassem em um caderno final. E cada conferência – nós tivemos a primeira, a segunda, a terceira, que... A nacional, ela era antecipada por conferências municipais e conferências estaduais – ou seja, enriquecia muito o debate e a mobilização – e resultou nessa 3ª Conferência, que foi, talvez, a mais organizada e a mais clara do ponto de vista dos objetivos que o Ministério do Esporte e as políticas públicas do esporte queriam

---

<sup>2</sup> Trata-se da Copa do Mundo de Futebol de 2014, realizada no Brasil.

atingir, que era a organização do plano decenal para o esporte. Eu acho que isto foi um ponto-chave para pensar o esporte como uma política de Estado. Porque havia um conjunto de políticas, mas se via, também, a necessidade de implementar algumas políticas, consolidar algumas políticas como política de Estado, para que não ficasse ao sabor da mudança de um ou outro governo. Então, essa ideia de organizar o esporte com políticas públicas, políticas de Estado, eu acho que a 3ª Conferência tratou um pouco mais disto. Vale lembrar que, em 2003, foi criado definitivamente o Ministério do Esporte. Até então, o Ministério do Esporte... Se você pegar o histórico do Ministério do Esporte, ele, desde lá da década de 1930, era sempre um departamento de outro ministério, ou da Educação, ou da Cultura... E a partir de 2003, com o início do governo Lula, se criou o Ministério do Esporte e, com isto, evidentemente, algumas ações foram traçadas a partir desta prioridade – se criou o Ministério, você também prioriza uma ação. E as conferências vieram em seguida para, exatamente, organizar o debate e indicar opiniões e planejar uma ação, mas de médio a longo prazo, que culminasse, como eu falei, em políticas mais permanentes, mais duradouras, e que o Estado pudesse assumir algumas políticas como definitivas – um desafio que ainda permanece, porque nós vimos, inclusive, uma interrupção – não tivemos mais nenhuma conferência – até porque nós passamos pelos dois grandes eventos – em 2014, a Copa do Mundo; em 2016, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos –, que, na verdade, também consumiram o trabalho do governo e dos governos para que pudesse de fato se efetivar e se entregar estes dois grandes eventos, que eram uma responsabilidade crucial que o país assumiu, que o Brasil assumiu.

V.F. – E essa experiência das consultas públicas, na verdade, elas foram, também, se replicando em várias áreas, não é? A gente tem, também, experiências semelhantes na saúde, na cultura, enfim...

J.B. – Sim. Você pega a cultura e a saúde, são, na verdade, trabalhos com mais tradição. As Conferências de Saúde são de 30, 40 anos. A cultura, antes, mesmo, acho, dos últimos 15... Não sei, uma coisa, também, de 20 anos. Eu não tenho isso exatamente, mas a cultura e a saúde têm uma tradição muito grande em conferências, têm uma organização mais larga, mais estruturada, nos estados. A saúde é um exemplo de organização bastante estruturada a partir dos estados e municípios. Mas, na década de 10, eu acho que nós tivemos... deste século – nós tivemos um fortalecimento da realização das conferências, dos debates temáticos, o que fortaleceu, também, o trabalho dos governos e ajudou a definir melhor as políticas públicas. Com a participação popular, que é fundamental. Se você mobiliza a sociedade, se você colhe a opinião da sociedade, mobiliza as forças vivas da sociedade, você colhe mais informação, você define melhor as coisas, você trabalha mais perto da realidade. Eu acho que isto foi um ponto alto. O esporte viveu isto. Nós trabalhamos

as conferências já com os desafios de realizar os Jogos Pan-Americanos<sup>3</sup>, a Copa das Confederações<sup>4</sup>, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

V.F. – E nesse tipo de atividade, como é que era a participação, por exemplo, das confederações e das federações?

J.B. – Você está falando no processo das conferências?

V.F. – Isso.

J.B. – Bastante grande. Teve uma mobilização bastante grande das confederações, das federações... É claro que o primeiro público que era mobilizado era o público ligado ao esporte. Mas como as conferências tinham uma visão mais global e correta de mobilizar a sociedade, você mobilizava outros setores – setores da sociedade, para poder dar opinião, porque, a partir do momento em que você discute esporte, você também tem que buscar quem pode financiar política de esporte na iniciativa privada. Uma das questões que resultou desse debate todo foi, por exemplo, a criação da Lei de Incentivo ao Esporte<sup>5</sup>, que é um incentivo que se busca junto à iniciativa privada, abate no Imposto de Renda, e ajuda a financiar projetos para o esporte, como... Foi baseado muito, também, na experiência do financiamento para a cultura, da Lei de Incentivo à Cultura, que já tinha mais tradição; a Lei de Incentivo ao Esporte, com as suas adaptações, também foi criada, já fruto desse debate que aconteceu nessas conferências, numa definição da criação do Ministério do Esporte – quando se cria o Ministério do Esporte, você também dá um apontamento que vai priorizar algumas ações na área do esporte, e uma das políticas que nasce desse debate é exatamente a criação da Lei de Incentivo ao Esporte, que buscou, junto à iniciativa privada, financiamento para o esporte, o projeto do esporte em todo o Brasil. Então, você também mobilizou, nesse período, a iniciativa privada – nessas conferências, ou seja, buscou-se alargar, para que não ficasse só restrito à área do esporte. Então, você tem uma mobilização das confederações, das federações municipais, estaduais, as confederações nacionais, a iniciativa privada, outros setores da sociedade, as prefeituras, que são a ponta final, o processo final de que... As prefeituras, hoje, implementam políticas públicas para o cidadão lá, na ponta. As prefeituras recebem recursos do governo federal, recebem recursos do governo estadual, ou mesmo têm recursos próprios que podem resultar, evidentemente, em políticas públicas, e isto se implementa lá na ponta – ou nas escolas, ou nos bairros, ou com políticas que

---

<sup>3</sup> Trata-se dos Jogos Pan-Americanos de 2007, sediado pela cidade do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> Trata-se da Copa das Confederações de Futebol de 2013, sediado pelo Brasil.

<sup>5</sup> Trata-se da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que permite que empresas e pessoas físicas destinem parte do pagamento de Imposto de Renda a projetos esportivos, previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

possam oportunizar, como, por exemplo, um contrato escolar, que é o projeto Segundo Tempo, ou mesmo obras, que são recursos que chegam até as prefeituras, os municípios, que se transformam em ginásios, em pistas de atletismo ou outros equipamentos que são utilizados, muitas vezes, para praticar o esporte ou mesmo para... são utilizados pela sociedade.

V.F. – Numa forma lúdica, de lazer...

J.B. – De lazer, lúdica, cultural. Então, você veja que essa extensão do debate que você planeja e tal... O planejamento é importante porque ele vai dando opinião – os governos adotam ou não, mas a mobilização é fundamental para que se possa definir as políticas públicas, que se transformam, evidentemente, em prioridade... O que significa que se o governo define alguma prioridade, alguma política pública, precisa do orçamento, e o orçamento resulta em, também, investimento para que chegue em todos os lugares, se transforme, evidentemente, em ações concretas.

V.F. – E aí, você mencionou a sua participação como secretário nacional de futebol e defesa dos direitos do torcedor, não é isso?

J.B. – Isso.

V.F. – Mas antes disto, pelo seu currículo, a gente percebeu que você coordenou as câmaras temáticas da Copa de 2014, da Copa do Mundo.

J.B. – Isso.

V.F. – Então, eu queria te perguntar um pouco sobre como é que surgiu a experiência, como é que surgiu o convite para coordenar essas câmaras temáticas.

J.B. – Em 2010, eu entrei na Secretaria Nacional de Futebol. Eu fui secretário de futebol interino, porque teve um período em que o secretário saiu, eu assumi, então, fiquei um período interino coordenando as câmaras temáticas, e, naquele período, houve uma transição e houve uma montagem da chamada Assessoria de Grandes Eventos, do Ministério do Esporte, que acabou assumindo e assessorando o ministro e o secretário-executivo nas ações da Copa do Mundo, então, eu também participei e integrei essa Assessoria de Grandes Eventos, que tinha uma responsabilidade, também, de coordenar essas ações da organização da Copa do Mundo, e uma das primeiras iniciativas do governo, para quando da conquista da realização da Copa do Mundo no

Brasil, foi montar uma governança que desse conta da coordenação das ações do governo federal e, ao mesmo tempo, pudesse interagir com os estados e os municípios, as capitais, que recebiam a Copa do Mundo. Na Copa do Mundo, foram 12 sedes, portanto, tivemos 12 governos estaduais envolvidos e 12 capitais, então, era, na verdade, uma ação do governo federal que tinha atribuições e entregas a fazer para a realização da Copa do Mundo – os 12 governos estaduais, as 12 capitais, as 12 prefeituras – e isso interagiu com o comitê organizador local e a FIFA<sup>6</sup>. Ou seja, era, vamos dizer, essa parceria que se responsabilizava... cada um tinha suas responsabilidades, mas, ao mesmo tempo, uma necessidade de integração, que tinha coisas de muito ponto de contato, e muitas coisas que todos esses entes tinham, de certa forma, algum tipo de responsabilidade para entregar, seja na construção de estádios, seja na operação propriamente dita sobre as ações. Então, eu integrei a Secretaria Nacional de Futebol, em seguida, a Assessoria de Grandes Eventos. O governo federal cria, então, para coordenar uma ação mais global, o comitê gestor, que era o GCOPA, um grupo executivo no âmbito do governo federal, e sentiu a necessidade de criar câmaras temáticas que tratassem dos temas específicos. Nós criamos as câmaras temáticas no âmbito nacional – câmara temática de energia, câmara temática de transporte, de cultura, de mobilidade... Ou seja, eram câmaras que tratavam, primeiramente, das entregas, ou seja, dos investimentos que estavam sendo feitos. Ou seja, a gente fazia um balanço, também... a cada semestre, fazia um balanço das ações do governo federal, e uma última etapa – a primeira etapa, portanto, de planejamento, tratava dos investimentos e acompanhava o trabalho de entrega das obras – era exatamente o acompanhamento das ações operacionais, que nós fizemos um trabalho com os estádios e os municípios da chamada integração dos planos operacionais, que, aí, já era a fase onde precisavam funcionar os aeroportos de forma... precisava funcionar a mobilidade urbana, que era o transporte nos lugares. Os estádios precisavam funcionar! [ênfase] E teve, então, vários eventos testes, que botaram em funcionamento não só o estádio, a sua instalação interna, mas também a segurança externa para que o torcedor pudesse chegar de forma segura até o estádio. Nós fizemos um trabalho, a partir da venda dos ingressos, de planejamento para a recepção dos turistas nacionais e internacionais em cada cidade. Então, foi uma fase em que se teve um planejamento bastante organizado, levando em conta a necessidade de recepcionar todas as pessoas que iam para os jogos. E isto, é claro, só foi possível porque nós tínhamos essas câmaras temáticas organizadas, que debatiam nacionalmente as suas ações e debatiam integradamente com as câmaras temáticas que tinham se formado nas cidades e nos estados. Então, se tratava de energia nacionalmente, mas se debatia a necessidade operacional em cada cidade-sede. Se debatia... se tratava de mobilidade urbana a nível nacional, mas se discutia de forma integrada como isto ia se dar em cada cidade-sede. Como isto ia se dar em São Paulo, em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, em outras cidades-sede. Então, as câmaras ajudavam a planejar,

---

<sup>6</sup> Trata-se da Federação Internacional de Futebol (FIFA).

a definir, um pouco, as ações em cada lugar, e, ao mesmo tempo, buscaram, no final, junto com o comitê gestor da Copa do Mundo, integrar todas as ações nos chamados planos operacionais, que fizeram reuniões nacionais e reuniões locais que ajudaram a integrar todas as operações da Copa do Mundo. As câmaras temáticas tinham, um pouco, esta função: definir as ações, acompanhar as ações, propor iniciativas, o que resultou, evidentemente, no plano final operacional da Copa do Mundo, que resultou no sucesso que foi a Copa do Mundo.

V.F. – E você foi também o coordenador dessas câmaras?

J.B. – Fui.

V.F. – Então, na verdade, quando você assume, tem que montar toda essa estrutura.

J.B. – Tinha que montar. Nós montamos... Por isso que o... É importante resgatar, aqui: primeiro, foi montado o Comitê Gestor da Copa do Mundo, que era um comitê gestor de que participavam, em que deliberavam os ministros, então, era um comitê gestor no âmbito ministerial, acompanhado pela presidente da República; a partir do comitê gestor, se montou, também, nesse mesmo decreto, o comitê executivo, que era esse, o GCOPA... Quando eu falo aqui, eu quero resgatar: era o CGCOPA, que era o comitê gestor, no âmbito dos ministros; o GCOPA, o grupo executivo, que era o grupo mais técnico, de que participavam os secretários-executivos, os secretários, os diretores de cada ministério que participava...

V.F. – Era deste que você participava?

J.B. – Eu participava do comitê executivo. Fui membro do comitê executivo. Cada ministério tinha dois membros. Então, primeiramente, foi o secretário Alcino Reis, e eu fazia parte, com o secretário Alcino; depois, foi o secretário Luiz Fernandes, e eu fiz parte, com o Luiz Fernandes, do comitê executivo. E a ideia, então, de montar as câmaras temáticas, que, na verdade, davam suporte a esses comitês. Eram câmaras que davam suporte aos comitês e, ao mesmo tempo, interagiam com as cidades-sede, com os estados, e evidente que o comitê gestor, executivo, tinha a função de interagir com o comitê organizador e a FIFA nas questões principais, que tinham uma relação direta com a operação. Quando chegou na fase da operação, a integração entre o comitê gestor, o governo federal, as cidades-sede e o comitê organizador se acelerou, se acentuou, porque nós chegamos na fase operacional. Tinha que entregar, tinha que fazer funcionar, então, isso... Essas reuniões que a gente fez nos estados, que foram chamadas reuniões dos planos operacionais – participava a delegação do

governo federal, com todos os técnicos dos ministérios – viajavam 40, 50 pessoas – faziam reuniões presenciais –, participavam os dirigentes e os técnicos dos estados e municípios e, também, técnicos do comitê organizador ligado à FIFA, porque, exatamente, era o momento em que você trabalhava...

V.F. – Isso nessa reta final?

J.B. – Nessa reta final.

V.F. – E eram reuniões periódicas?

J.B. – Quando eu falo reta final – 2013-2014. Porque nós tivemos a preparação, os planos operacionais já para a Copa das Confederações. Seis cidades sediaram a Copa das Confederações. Então, nós organizamos as reuniões operacionais já nas seis cidades-sede que organizaram a Copa das Confederações: o Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Brasília e Belo Horizonte<sup>7</sup>. Estas seis já organizaram a Copa das Confederações, participaram da Copa das Confederações. As outras seis participaram da Copa do Mundo, e nós fizemos, então, rodadas de reuniões, duas rodadas de reuniões: antes da Copa das Confederações, nessas seis cidades, e mais reuniões bilaterais... Está aí o papel das câmaras temáticas, porque você tinha o conjunto de reuniões temáticas e bilaterais coordenado pelas câmaras temáticas, dando suporte ao planejamento geral. E depois da Copa das Confederações, nós realizamos mais algumas rodadas nas cidades que iam realizar a Copa do Mundo e não participaram da Copa das Confederações. E repassamos mais uma rodada nas que realizaram a Copa das Confederações. Ou seja, foi uma checagem geral. Não passou nada despercebido para que a gente pudesse entregar o evento em grande nível, como foi. Muitos questionavam: “Olha, não vai dar certo. Os aeroportos não vão funcionar, o transporte vai ser um caos, vai ter muita confusão... A segurança...” Ou seja, havia uma desconfiança com relação à segurança. Havia uma desconfiança com relação à possibilidade de entrega dos estádios. Então, nós vivemos um período de muita desconfiança. Até o início da Copa do Mundo, nós tivemos uma desconfiança geral da opinião pública, que, ao mesmo tempo que torcia para que o evento acontecesse – uma grande parte da opinião pública –, tinha uma desconfiança muito grande, porque nós não tínhamos realizado um evento como Copa do Mundo aqui, no período atual. Nós realizamos em 1950, que era, evidentemente, um outro momento. O Brasil já tinha mostrado, lá, a sua capacidade. É evidente que tinha os desafios atuais, especialmente na área de segurança etc., que eram desafios novos, e precisamos dar conta. Nós tivemos que vencer a desconfiança da

---

7 O entrevistado cometeu um engano e mencionou apenas cinco das seis cidades-sede da Copa das Confederações de 2013. Faltou mencionar Fortaleza.



opinião pública ao mesmo tempo em que poder entregar as obras e poder fazer funcionar tudo direitinho: segurança funcionar direitinho, transporte funcionar direitinho... Nós tínhamos isto nesses planos. Quando a gente botou esses planos para funcionar...

V.F. – Esses planos operacionais?

J.B. – É. A gente tinha um mapa de tudo isso. A gente reunia, debatia, via cada detalhe em cada lugar. Em Curitiba – a gente baixava em Curitiba e via, lá, como funcionava a mobilidade urbana, o que precisava, como funcionava a cidade do ponto de vista normal, como funcionava a cidade com mais tantas pessoas participando do evento Copa do Mundo. Por isso que a gente tinha um mapa de quantos ingressos tinham sido vendidos em cada jogo da Copa do Mundo – primeiro, a Copa das Confederações; depois, Copa do Mundo –, em cada jogo, em cada cidade. A gente sabia, evidentemente, quantos ingressos tinham sido vendidos – geralmente, era uma lotação quase total dos estádios –, mas a gente sabia quantos estrangeiros estavam naquele jogo. É claro, o jogo Alemanha e Nigéria, a torcida alemã era um número grande... A gente sabia, naquele jogo, lá em Porto Alegre, que a Alemanha jogou, quantos ingressos tinham sido vendidos e quantos tinham chegado no aeroporto e quantos estariam na cidade. Ou seja, a gente, mais ou menos, tinha mapeado isso... Os holandeses fizeram um jogo, também, em Porto Alegre, e foi criada uma rota chamada “O Caminho da Copa”, “O Caminho do Gol”... Não estou lembrado do nome exato, mas que recepcionava os torcedores em determinado ponto da cidade e levava eles até o estádio. Lá em Recife, também, se eu não me engano, a Holanda jogou, e tinha, então, um espaço para recepcionar somente os torcedores da Holanda. Dali, eles partiam para os estádios. Então, a gente tinha um mapa, a partir da venda de ingressos, de quantos ingressos tinham sido vendidos para tal nacionalidade que participava de determinado jogo, o que oportunizou a gente organizar a recepção – cada cidade organizar a recepção, que aí já era um trabalho que a cidade fazia – e o estado; os organizadores locais faziam –, recepcionar os torcedores, trabalhar a concentração deles em determinado ponto da cidade e fazer com que eles chegassem de forma segura até o estádio. Em um conjunto de cidades, conseguimos organizar desta forma, o que foi, de fato, um trabalho exitoso. Garantiu a recepção, garantiu que eles se integrassem a alguma atividade cultural na cidade e que fossem até o estádio de forma segura e pudessem sair de forma segura. Então, isto só foi possível porque houve esse planejamento dos governos – do governo federal, dos governos dos estados, das prefeituras, do comitê organizador local – de forma integrada – quer dizer, o ponto alto foi a integração; funcionou porque se integrou todo esse processo –, o que resultou num êxito da organização da Copa do Mundo. Nós vencemos o medo de não entregar os estádios – foram entregues – e vencemos o receio de parte da opinião pública de que não ia funcionar, seria um caos.

Não foi um caos. Pelo contrário, teve sucesso. Tanto que todas as pesquisas divulgadas após a realização da Copa do Mundo mostraram que os serviços prestados – seja nos estádios, seja na área de segurança, nos aeroportos, no atendimento à saúde – nas ocorrências que teve nessa área de saúde, tinha uma câmara temática que só pensava nessas ações de forma integrada – e nos eventos culturais –, nós tínhamos uma aprovação muito grande dos brasileiros e dos estrangeiros que participaram, tanto que todas as pesquisas manifestaram a intenção de quem visitou o Brasil em voltar. Mais de 90% aprovou os serviços e mais de 90%, em média, apresentou a vontade de voltar para o Brasil. “Vamos voltar aí nas Olimpíadas”, e outros, com certeza, podem voltar em outro momento para conhecer o país ou para fazer negócios.

V.F. – E pensando essa experiência, que você comentou, da Copa das Confederações, e, depois, para a Copa de 2014, quais acertos foram mantidos e quais ajustes foram feitos de um evento para o outro?

J.B. – Acho que foi um conjunto de pequenos ajustes. Uma das questões que se viu como principal foi, da Copa das Confederações para a Copa do Mundo, trabalhar mais os eventos-teste, que, na Copa das Confederações e na Copa do Mundo, era exatamente fazer jogos-teste nos estádios. Porque na Copa das Confederações foi tudo... Você não teve um grande problema dentro do estádio, mas nós vivemos aquele período das mobilizações. Ou seja, exatamente no período da Copa das Confederações, em 2013, houve aquelas mobilizações em todo o país, com um conjunto de bandeiras, que eu acho que não era necessariamente um movimento contra a Copa do Mundo – em que pese, que se criou aquela palavra de ordem: “Não vai ter Copa!”, mas eu acho que não era um movimento que tinha como objetivo impedir a realização da Copa do Mundo – Copa das Confederações ou Copa do Mundo. Evidentemente que a Copa do Mundo foi um catalisador daquele... Era um espaço de encontro onde os manifestantes puderam se manifestar etc. Então, cada véspera de jogo ou cada dia de jogo era uma oportunidade das mobilizações acontecerem. De qualquer forma, uma das questões que se percebeu ali é que era necessário um trabalho de segurança mais aprimorado e um trabalho de interlocução com a sociedade no sentido de mostrar que a realização de um evento como a Copa do Mundo era uma grande oportunidade para o país, ou seja, nós precisávamos, então, fortalecer essa ideia de que a Copa do Mundo foi uma conquista, de que a Copa do Mundo – até os números refletem essa questão, quer dizer, mais de 3 bilhões de pessoas em todo o mundo acompanham a Copa, a realização da Copa da Mundo. Três bilhões de espectadores. Mais da metade do planeta assiste um ou mais jogos da Copa do Mundo. Então, a exposição de um país que realiza a Copa do Mundo é um negócio extraordinário. Então, você aproveitar essa oportunidade de mostrar o país, de mostrar o potencial social, cultural do Brasil...

Olha, é uma grande oportunidade! [ênfase] O Brasil é um país diverso, um país democrático, um país que preserva sua cultura, é apaixonado por esporte, o futebol, aqui, faz parte da nossa raiz, da nossa formação. Tudo isto, era importante que o mundo visse. Então, era uma oportunidade, também, da gente – além de mostrar nossa cultura, nossa diversidade de etnias, a nossa história – fazer negócios, de abrir mercados no mundo, de potencializar a nossa economia. Então, a gente percebeu que era necessário potencializar a ação de divulgação do Brasil aproveitando a oportunidade da realização do evento. Ou seja, divulgar mais o Brasil para a gente ganhar mais com isto: do ponto de vista da sua imagem, da possibilidade de ganhar mais relação comercial, de negócios etc. Então, foi um ponto que a gente procurou fortalecer com eventos internacionais, com eventos nacionais, no sentido de discutir a importância que era aproveitar a realização da Copa do Mundo e fortalecer a imagem do país nesses aspectos principais. Então, foi uma das questões com que a gente se preocupou a partir da realização da Copa das Confederações de 2013.

V.F. – E aí, tinha duas questões – uma, até, você mencionou na sua fala – que eu ia te perguntar, justamente sobre a questão das manifestações e da repressão a elas. Em 2013, na Copa das Confederações, e, depois, em 2014, por exemplo, aqui no Rio, aconteceram algumas manifestações que foram reprimidas de maneira bastante violenta. E aí, eu queria saber se essas manifestações... como é que elas entraram na pauta? Você mencionou até que era uma preocupação, que era uma questão. Como é que era a orientação nesse grupo executivo? Como é que aparecia essa questão?

J.B. – Tratava isso de forma muito responsável. O Brasil é um país democrático, as manifestações são livres, então, se tratava desta forma. Se via ali que se tinha exatamente esse pensamento. Quando se quer discutir um país e diz-se que ele é democrático, se luta para consolidar a democracia num país, você tem que receber, evidentemente, todas as manifestações. Isso é diferente de qualquer manifestação violenta de parte a parte. Quando falo aqui que... Qualquer manifestação violenta tem que ser coibida. Mas eu estou falando aqui das manifestações democráticas, de opinião. Isto tudo, eu lembro, na época, a gente debatia de forma muito responsável que tínhamos que, exatamente, tratar isso e aumentar a interlocução, inclusive, na sociedade. Nós participávamos de um governo democrático – o governo Lula, o governo Dilma –, que, exatamente, construiu um projeto de país que sempre priorizou a interlocução com os movimentos sociais. Isto, evidentemente, sempre esteve muito presente em toda a organização tanto da Copa do Mundo quanto dos Jogos Olímpicos. Por isto que eu falei... Quer dizer, a gente aumentou a interlocução com a sociedade, fizemos vários seminários, vários debates, divulgação, também, a partir de eventos internacionais, porque a gente percebeu que era uma oportunidade. Quer dizer, é o Brasil se apresentando para o mundo. Qual era o momento em que o Brasil poderia ser tão visto na sua história? Era aquele

momento da Copa do Mundo. Nunca, até antes, até aquele momento, o Brasil teve uma oportunidade tão grande de expor as suas virtudes – e, ao mesmo tempo, não esconder os seus defeitos, porque é claro que o Brasil é um país em construção, um país com muitas injustiças sociais – isto ainda permanece –, então, era exatamente mostrar o Brasil real, um Brasil que buscava se projetar mais internacionalmente, que buscava melhorar a sua economia, que buscava enfrentar as desigualdades sociais, que tinha um conjunto de projetos públicos de combate à pobreza, combate à desigualdade... Tudo isto, a gente achou: “Não, nós precisamos mostrar isto para o mundo”. E eu não sei se a gente conseguiu, mas foi, vamos assim dizer, um dos objetivos que a gente buscou. É claro que tinha esse desafio e o desafio, também, de entregar o evento. E como eu falei... Se você me perguntar qual foi um dos desafios de 2013, foi ajustar as questões operacionais – o que funcionou, o que não funcionou... A gente fez com que a operação dos estádios melhorasse, da Copa das Confederações para a Copa do Mundo, ajustou o atendimento, ajustou a questão de segurança, a questão do acesso, o transporte. Em vários lugares, precisou aprimorar, também, os pontos de acesso aos estádios a partir do transporte oferecido. Então, do ponto de vista operacional, teve ajustes técnicos que ajudaram a melhorar o transporte, melhorar o acesso, o atendimento nos estádios. Melhorar a operação de conjunto nas cidades. Então, tudo isto, foram pequenos ajustes com um conjunto... Ou seja, pequenos ajustes em várias áreas. Mas se pudesse resumir em duas questões, uma foi essa questão mais da mensagem do país – fortalecer a imagem do país no mundo – e a outra, garantir uma participação da sociedade, mais, no evento, e aqui foi promover eventos culturais em cada cidade-sede, ou seja, ganhar mais a população para participar do evento. Porque nem todos, evidentemente, conseguiram ir ao estádio assistir jogo. A gente tem um número restrito de ingresso. Muitas vezes, você até tem o objetivo de botar mais gente, mas você tem um número limitado. Tanto que a gente fez um programa que atendia estudantes de escolas públicas, tiveram ingressos que foram... chegaram até estudantes de escolas públicas. Para indígenas, também. Idosos e estudantes já pagavam meia. A própria legislação da Copa do Mundo garantiu isso. Então, a gente também trabalhou a questão dos acessos de minorias. Tem pessoas que tinham mais dificuldade, não conseguiam comprar ingresso, o ingresso também... Ou seja... era razoavelmente ca[ro]... Algumas faixas não eram, outras faixas eram. Mas também teve esse cuidado, do ponto de vista do planejamento da Copa do Mundo. Então... Mas um pouco essa questão da mensagem, do fortalecimento do Brasil no mundo – isto foi um marco que a gente procurou fortalecer –, a oportunidade da Copa para desenvolver projetos no país e os ajustes operacionais da Copa das Confederações para a Copa do Mundo.

V.F. – E em relação a essa questão da imagem, de fortalecer a imagem do Brasil, acho que dentro do próprio país e, também, principalmente, no exterior. Este objetivo foi atingido, da sua perspectiva?

J.B. – Eu acho que, em parte, foi. Eu acho que a gente poderia ter aproveitado mais.

V.F. – Como?

J.B. – Eu acho que o pessimismo de parte da população, com um empenho de parte da imprensa do país... Uma parte dos grandes veículos de comunicação fizeram um trabalho de desconstrução, de certa forma, dessa oportunidade que nós queríamos criar. Ou seja, eu acho que parte da mídia tinha uma preocupação muito exclusiva em cobrir os jogos etc. Eu acho que o governo federal, as prefeituras e os governos tinham uma visão mais de “olha, vamos aproveitar a oportunidade da Copa do Mundo para divulgar a cidade” – para divulgar Curitiba, para divulgar Belo Horizonte, para divulgar Salvador, a cultura de Salvador, o acarajé, para divulgar Pernambuco, São João, para divulgar o Ceará, para divulgar Manaus e a Amazônia... Quer dizer, tudo isso a gente procurou incentivar. Então, quando eu falo divulgar o Brasil, é isso. É o Rio Grande do Sul divulgar sua cultura, também... É a cultura nacional, é o Brasil, e suas ramificações e suas manifestações e a sua realidade local. Eu acho que houve um esforço neste sentido, que nós poderíamos ter colhido até mais se a gente tivesse uma campanha maior, se a sociedade, os meios de comunicação, alguns setores da economia e... O próprio governo! [ênfase]... E os próprios governos tivessem tido uma percepção mais engajada. Assim, poderíamos ter colhido mais. Eu acho que [foi]<sup>8</sup> o possível. Eu acho que o Brasil se projetou. Nós tivemos que desmentir prognósticos que setores da mídia, no Brasil, diziam para o mundo, e, em alguns lugares do mundo, isto foi repercutido, que ia ter insegurança, que o transporte não ia funcionar, que ia ter assaltos, que ia ter muita violência – espantou muitos estrangeiros –, que nós não conseguiríamos fazer um grande evento. Nós realizamos um grande evento. Ou seja, só nós termos tirado isso da frente, ou seja, mostrado que o Brasil tem capacidade de realizar qualquer evento que se possa realizar no planeta, foi uma grande vitória. Isto foi uma grande vitória. A vitória da marca Brasil, do Brasil como um país capaz de realizar qualquer evento, de recepcionar com qualidade, de recepcionar o mundo com alegria. O mundo viu um país alegre, receptivo, qualquer pesquisa mostra isto. Então, eu acho que tivemos um ganho de imagem nesse sentido. Acho que poderia ter sido mais, se nós não tivéssemos tido um certo boicote de alguns setores da mídia, aqui no Brasil. Mas, mesmo assim, eu acho que, quando a Copa começou, foi uma grande festa, o mundo ficou vendo, o mundo vibrou, e nós conseguimos entregar com excelência um grande evento que foi conhecido como a Copa das Copas – isto foi uma marca importante. Poderia ter sido mais.

---

8 Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

V.F. – E pensando até esse próprio... você chamou de boicote, essa, vamos dizer assim, visão um pouco negativa de que a Copa não daria certo, de que teríamos insegurança, transporte que não funcionaria... enfim, uma certa insatisfação e uma desconfiança com relação à realização do evento – de certa maneira, esse mesmo contexto se repete às vésperas das Olimpíadas: setores da mídia repercutindo que não teríamos – aqui no Rio, porque, aí, já muda a escala, porque a Copa, como você mencionou, é em 12 cidades, e as Olimpíadas, aqui no Rio – tirando as Cidades do Futebol<sup>9</sup>, mas que são coisas bem pontuais – mas, assim, parte da mídia também continuou repercutindo essa mesma visão, de que não daria certo, de que não teríamos condição de organizar um evento desse porte... Questões muito semelhantes. Então, mesmo com esse exemplo da Copa, por que, na sua perspectiva, essa questão continuou se colocando dois anos depois?

J.B. – Mas continuou com menos ênfase e menos importância. Eu acho que a desconfiança de que a gente não entregaria as obras, na Copa do Mundo – os estádios, especialmente –, e de que nada ia funcionar – nem transporte, nem segurança, ia ser... alguns diziam que era um caos – tem uma... aquela palavra: “Imagina na Copa”, não é isso? Aí que se criou o “Imagina na Copa”. Então, caiu uma goteira em algum lugar, em algum aeroporto no Brasil, ou tinha um problema que não tinha nenhuma relação com a Copa do Mundo, era um motivo para alguém da mídia falar assim: “Imagina na Copa”. Então, ou seja, era um pouco... uma espécie de complexo de vira-lata que a imprensa procurava martelar – era impressionante – na preparação para a Copa do Mundo. Então, parecia que o Brasil não tinha nenhuma capacidade. Então, o complexo de vira-lata foi marcante por parte de setores da grande imprensa nacional que acabou, de certa forma, influenciando setores da opinião pública no país. Eu acho que essa questão da Copa, quando a gente vence a questão da entrega e realiza a Copa com êxito, isso aí saiu um pouco de cena. Tanto que você não tem isso fortemente nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Você não tem, ali, uma pressão para que... “Olha, não vão ser entregues as obras”, porque, de fato – até a gente aprendeu bastante com a Copa do Mundo –, houve um planejamento bastante forte no sentido da entrega das obras nos Jogos Olímpicos, um planejamento muito bem feito, com etapas, com acompanhamento técnico etc. Então, isso não foi uma pressão. Claro, teve pressão, mas comparada com a Copa do Mundo, foi muito menor. E aquela desconfiança da opinião pública, da imprensa, aí, também, foi menos hostil. Aquela pressão da Copa do Mundo de que nada ia dar certo, isto na... Quando você faz acontecer na Copa do Mundo, aquilo mostrou que a nossa capacidade operacional era bastante grande. Eu acho que teve isso muito menos, nos Jogos Olímpicos. Comparado com a Copa do Mundo, muito menos. Porque a gente já tinha testado... Os aeroportos já estavam testados na Copa do Mundo; foram

---

<sup>9</sup> Tratam-se de estádios em cidades que receberam jogos de futebol durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, das quais a mais proeminente foi Salvador, onde foram realizadas dez partidas.

ampliados os principais aeroportos do Brasil, aqui no Rio de Janeiro e em São Paulo – do ponto de vista da Olimpíada, os aeroportos mais utilizados foram os aeroportos do Rio de Janeiro e de São Paulo, que recebiam muitos voos internacionais e, aí, vieram para cá. Ou seja, nós já tínhamos vivido a operação. Então, acho que as pressões, nas Olimpíadas, foram muito menores. Nós tivemos nas Olimpíadas, em 2016, uma turbulência política, que eu acho que, aí, foi um fator, vamos assim dizer, que impediu que o Brasil pudesse capitalizar, que pudesse aproveitar mais a oportunidade dos Jogos para, vamos dizer, fortalecer a sua imagem. Eu acho que, neste caso, o Brasil, em 2016, passou por um período turbulento que resultou, inclusive, no impeachment da presidenta Dilma, numa interpretação, para uma boa parte da sociedade... no mínimo, um projeto confuso, que muitos avaliam que resultou num golpe parlamentar, ou seja, uma coisa que repercutiu no mundo e caiu no meio do processo. Então, também, sinceramente, talvez a gente pudesse ter, numa situação mais estável, aproveitado um pouco mais os eventos, mas eu acho que, mesmo assim, a gente conseguiu realizar dois grandes eventos, os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos, um pouco livres dessa pressão de que a gente não conseguiria entregar. E a gente tinha, já, mais certeza, e a opinião pública via o Brasil com mais capacidade. Acho que isto foi um ganho, já, com a realização da Copa do Mundo.

V.F. – Antes de a gente entrar na...

J.B. – Eu estou falando demais. Vocês têm que...

V.F. – Não, está ótimo assim. Em nenhum momento a gente vai te falar: “Fale menos”. Pelo contrário. A gente vai falar: “Fale mais, fale mais”. [Risos] “Pode contar.”

J.B. – Sabe o que é... Isso... Eu acho bom porque isso vai vindo à memória.

V.F. – É, o objetivo é bem esse: fazer uma conversa... E, assim, por isso que eu falei que, por mais que a gente tenha um roteiro, quando a gente começa a conversar, a gente lembra de outras coisas... Enfim. Já que a gente fez... Você aceita mais um café?

J.B. – Aceito.

V.F. – Eu vou trocar a xícara porque... Mas, enfim, antes de a gente avançar para a questão das Olimpíadas, ainda pensando na Secretaria de Futebol, quais eram as ações específicas desta pasta pensando a Copa do Mundo?

J.B. – Coordenar as ações... Eu posso falar aqui? Já posso falar?

V.F. – À vontade. Se quiser, também, tomar o café antes... Não se apresse.

J.B. – *Tá bom.*

[ENTREVISTA INTERROMPIDA]

J.B. – Eu fico a vontade de me cortar, porque, veja, eu... Vocês têm um roteiro, aí. Eu vou falando. Me vem na cabeça, eu... [Riso] Eu fico lembrando aqui, não é isso? Então, se vocês quiserem, também – “Pega mais aqui, pega mais ali, em tal questão” – eu vou meio que... É claro que o trabalho de edição permite organizar isso, mas...

V.F. – É, fica tranquilo, que...

J.B. – É, mas aí vocês...[inaudível] fica à vontade de me cortar.

V.F. – Acho que o bacana, também, dessas entrevistas é que, por mais que a gente tenha um interesse bem focado nas Olimpíadas, neste projeto, ele acaba se relacionando com Copa, com Pan, Copa das Confederações, e, também, já fica uma...

J.B. – Aproveitem isto, porque, na Copa do Mundo, não sei se vocês fizeram isto, este trabalho.

V.F. – Não. Não fizemos. Então, já fica, também, um pouco para pesquisadores de outros eventos e tal. Ou então, também, para a gente perceber como é que esses eventos se relacionam.

J.B. – Exatamente. Porque, exatamente, o Brasil viveu essa década do esporte. Queria até falar sobre isto: a década do esporte.

V.F. – É. Mas, enfim, aí, pensando na Secretaria de Futebol, quais eram as ações específicas para a Copa? Porque a Secretaria, na verdade, ela vai muito além da própria Copa.

J.B. – Na verdade, tivemos essa... Se você pegar essas coisas do governo, você toda hora tem um ajuste, tem uma mudança – é um ministro, entra outro; quando entra um, ajusta e tal. Bem, eu entrei



na Secretaria de Futebol, ela coordenava a Copa do Mundo e, logo depois, a Copa do Mundo passou a ser coordenada pela Secretaria Executiva com a montagem da Secretaria de Grandes Eventos, em que eu entrei, também. Então, a Secretaria de Futebol passou a ter uma função, depois disso, de discutir mais a questão dos direitos do torcedor e do futebol profissional. Mas enquanto ela coordenava a Copa do Mundo, ela coordenava essas ações. Ela acompanhava o Comitê Gestor da Copa do Mundo e coordenava as ações relacionadas ao que era responsabilidade do Comitê Gestor, que eram essas fases que eu falei: primeiro, planejamento, o monitoramento dos investimentos para a construção dos estádios, das obras etc. Apesar de que a Secretaria do Esporte coordenava o Comitê Gestor, mas cada ministério tinha uma função específica: recursos para obras de mobilidade urbana eram responsabilidade do Ministério das Cidades, o acompanhamento das questões de energia era responsabilidade do Ministério de Minas e Energia, as questões das ações de cultura eram responsabilidade do Ministério da Cultura, mas o Comitê Gestor reunia... ele coordenava as ações de forma integrada. Este era o segredo. E o Ministério do Esporte coordenava o Comitê Gestor. Então, nossa função era coordenar e acompanhar as ações como um todo. Então, a Secretaria de Futebol, até 2011, coordenava... o secretário coordenava o Comitê Gestor em nome do Ministério do Esporte. A partir de 2012, a Copa do Mundo começou a ser coordenada a partir da Secretaria Executiva e de uma assessoria que foi criada, a Assessoria de Grandes Eventos. Então, eu participei da Secretaria de Futebol e, depois, fui para a Assessoria de Grandes Eventos. Teve um período em que eu fiquei secretário interino de Futebol e na Assessoria de Grandes Eventos. Por isto que as datas, aí, coincidem, porque eu acumulei as duas funções por um período.

V.F. – E, aos poucos, vai migrando tudo...

J.B. – Vai migrando para a Secretaria-Executiva, a Assessoria de Grandes Eventos.

V.F. – Uma questão que eu lembrei, agora, quando você estava falando dessa oportunidade da Copa, de expor a cultura de cada estado, enfim, de cada cidade-sede, um pouco expor a cultura do Brasil, que você mencionou até a questão do acarajé, e eu me lembrei que, em relação ao acarajé, especificamente, na Fonte Nova<sup>10</sup>, teve uma grande questão com as baianas, justamente porque as baianas já, tradicionalmente, vendiam acarajé ali, e com a demolição e a construção da nova arena, no âmbito da Copa, a FIFA tinha, já, um modelo de venda, que são os patrocinadores, e que não seria permitido, num primeiro momento, a entrada dessas baianas para a venda do acarajé. Então, elas fizeram manifestações, conseguiram fazer um abaixo-assinado e pediram ajuda ao próprio

---

10 Trata-se do Estádio da Fonte Nova, localizado em Salvador. Foi remodelado para a Copa do Mundo de 2014 e rebatizado de Arena Fonte Nova.

governo federal para... enfim, uma ajuda para dialogar com a FIFA. Então... Por acaso, isto passou pela...

J.B. – Passou. O projeto se viabilizou. Passou, claro.

V.F. – É. Sim, sim. Mas o Ministério do Esporte...

J.B. – Nós intermediamos isso. Nós intermediamos. Tanto que esse trabalho que a gente fazia, de mapeamento, nas cidades-sede, esse trabalho que as câmaras temáticas organizavam, de debate e de reuniões... porque tinha... Quer dizer, ocuparam essa função, apontar algumas ações e identificar quais eram as demandas de cada cidade-sede. Isso apareceu, em Salvador. Então, a gente, na medida do possível, intermediava um conjunto de iniciativas que apareciam nas cidades-sede para que se viabilizassem junto ao evento. Tinha coisas que eram mais atividades oficiais da FIFA e do Comitê Organizador e tinha questões que eram atividades da cidade ou do estado ou do próprio governo federal junto... nas cidades-sede. Então, procurava mediar isso. Por isso que... É o tal negócio: é a oportunidade. Um evento como esse, ele cria oportunidades. De você, inclusive, mobilizar a sociedade, os setores ligados à cultura, além do esporte, a pequena e média empresa – teve um conjunto de iniciativas junto à pequena e média empresa, coordenado por esse setor – o Sebrae<sup>11</sup>, o Ministério de Indústria e Comércio – um conjunto de ações, também, foram coordenadas pelo ministério ou pelo Sebrae para, exatamente, desenvolver a economia criativa, que pudesse, isto, refletir, também, em ações que tivessem relação... aproveitar a Copa do Mundo para poder fazer algum tipo de atividade, ou mesmo expandir para alguma relação econômica com setores da economia internacional. Muitos vieram para cá, assistir, ou seja... Você veja, foi um conjunto de questões que nós tivemos que ajudar a organizar. Você veja, nós tínhamos que... Você organiza um evento como esse, você mexe com toda a sociedade. Inclusive, você dialoga com quem acha que isso é ruim. Você tem que ir lá conversar. Nós fizemos isto. Tanto que, quando a gente foi discutir o legado, a importância da gente realizar o evento – porque é um evento que gerou emprego, quer dizer... Olha aí a oportunidade: é um evento que gerou muitos empregos, na época. Alguns empregos temporários, alguns empregos mais permanentes. Então, também ajudou a mexer um pouco a economia. Isto foi importante. Então, quando você organiza um evento como esse, o governo, geralmente, ele vai mediando um conjunto de relações, de interesses, para que a gente pudesse chegar na entrega do evento, que é um compromisso que nós assumimos. Então, é um trabalho, de fato, árduo. Este foi o papel, também, do governo: tentar mediar. Algumas coisas que

---

11 Trata-se do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), órgão vinculado à classe empresarial e que se organiza em prol de seus interesses.

vinham, a gente tentava mediar. Ou mesmo questões mais de operação, que exigia adaptação da nossa legislação. Tivemos que trabalhar esta mediação entre o Congresso Nacional e pedidos que o Comitê Organizador levantava, que eram coisas importantes, que já estavam previstos, inclusive, no compromissos que nós assumimos para a realização do evento. Tudo isto, que resultou na Lei Geral da Copa<sup>12</sup>, o governo, também, teve o papel de construir, chegar num consenso, que resultou na aprovação da Lei Geral no Congresso Nacional, que normatizou um conjunto de ações, e, quando a gente discutiu isto, exatamente, a gente procurou observar que esta lei não ferisse nenhum interesse nacional ou local. Isto foi um trabalho, também, que o governo ajudou a construir.

V.F. – Joel, antes de a gente continuar, se você estiver, em algum momento, percebendo que está muito quente, que está muito frio, você avisa, que a gente tenta ajustar.

J.B. – *Tá bom. OK.*

V.F. – Agora, pensando, já, assim... Tem algumas experiências... Por exemplo, a Copa, como você falou, tem um Comitê Gestor, tem o grupo executivo GCOPA, e, no caso das Olimpíadas, também foi criado um grupo semelhante, o Golimpíadas. Então, quais são as semelhanças... há alguma semelhança entre estas duas experiências? Esse grupo executivo das Olimpíadas, a ideia de criação vem em função dessa experiência da Copa ou já estava...

J.B. – Vem em função da experiência da Copa. O Comitê Gestor das Olimpíadas é um pouco essa referência... É claro, você pega os Jogos Olímpicos, eles se realizam de forma mais concentrada numa cidade, que foi o Rio de Janeiro. Vale lembrar que teve a Cidade do Futebol, que aproveitou a estrutura que a Copa do Mundo já tinha utilizado – os estádios já estavam lá, em Manaus, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador e Brasília, fora o Rio de Janeiro – as Cidades do Futebol. É uma ação mais concentrada numa cidade, mas, do ponto de vista da gestão, ela tem muitas coisas que se parecem. Então, a gente, aproveitando a experiência da Copa, trabalhou, então, a construção do comitê gestor, também. Um pouco essa experiência de comitê gestor no âmbito dos ministros – nos ministérios, teve um ou outra mudança, conforme a realidade que a Olimpíada exigia –, o comitê executivo e as câmaras temáticas. A gente começou com grupos de trabalho, depois transformou – a última resolução do grupo executivo foi... câmaras temáticas, e, aí, criou alguns projetos especiais,

---

<sup>12</sup> Tratam-se de marcos jurídicos que criaram alterações e excepcionalidades legais para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014. A Lei Geral da Copa foi estabelecida pela Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012. Algo semelhante foi realizado para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, materializado na Lei nº 13.284, de 10 de maio de 2016, que ficou conhecida como Lei Geral das Olimpíadas.

que eram vinculados a alguma câmara temática. Um dos projetos especiais foi a Casa Brasil<sup>13</sup>, que o Adriano, inclusive, foi o responsável, no Ministério da Cultura.

V.F. – A gente filmou, lá.

J.B. – É? Adriano de Angelis. Aquilo ali foi um processo que a Câmara Temática de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil discutiu... Ou seja, a gente aprovou a ideia no âmbito do comitê executivo, do comitê gestor. A câmara temática reuniu todos os entes, ou seja, um conjunto de ministérios ou de órgãos – interagiu aqui com o Rio, também – e... definiu o orçamento etc., a mobilização dos ministérios, e resultou, então, na criação do projeto especial. Um projeto especial... Porque a Câmara Temática de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil, inclusive, discutiu um conjunto de ações, que resultou, aqui... que resultou na... Teve um corte, depois que assume o outro governo, mas o conjunto de ações que o Comitê da Cultura planejou aconteceu aqui, no Rio de Janeiro. Na cidade do Rio. Então, a Câmara Temática de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil conduziu um conjunto de ações. E, dentro da câmara, tinha o projeto da Casa Brasil. Você veja como que uma câmara tinha essa importância: a Casa Brasil foi um sucesso. Eu não tenho o número aqui, mas vocês podem pegar, ou seja...

V.F. – A gente tem. Mas não lembro de cabeça, eu confesso.

J.B. – Eu acho que 500 mil pessoas passaram pela Casa Brasil.

V.F. – Era casa lotada todos os dias.

J.B. – É, todo dia. Que ficou, também, no período da Paralimpíada. Então, quase meio milhão de pessoas passaram pela Casa. Que é exatamente a tradição que têm as Casas. Tem alguns países que fizeram as Casas: Casa da Itália, Casa da Rússia, Casa da França, Casa do Qatar...

V.F. – Todas foram bastante disputadas, também.

J.B. – Muito. Foi uma experiência fantástica. E a Casa Brasil, num ponto estratégico, ali no Píer – a gente viu o ponto, a gente definiu isto –, que foi o local de maior concentração de público. Vários eventos... Então, está aí um projeto que a gente pensou na câmara temática e procurou realizar.

---

<sup>13</sup> Trata-se de espaço localizado no Píer Mauá, no período dos Jogos Rio 2016, dedicado à exposição de cultura, turismo e negócios brasileiros.

Então, ou seja... Eu estou, já, avançando, aqui, na experiência de uma câmara, mas exatamente isso: um pouco essa lógica – o comitê gestor, o comitê executivo, as câmaras temáticas, os projetos especiais, que dessem suporte para integrar as ações. Este foi o sentido. Sempre partindo do macro. As câmaras davam suporte para as ações do governo. Então, nós tivemos um pouco a lógica do sucesso que foi a Copa do Mundo. Adaptou-se, evidentemente. A gente fez as adaptações necessárias para a Olimpíada, e se aplicou um pouco essa lógica de trabalhar as ações a partir da coordenação do comitê gestor, comitê executivo, as câmaras. E a interação... Claro, se você pegar a governança dos Jogos, você tinha que, também – a prefeitura, com suas ações, a Empresa Olímpica era o braço das ações da prefeitura, o governo do estado, você tinha a APO<sup>14</sup>, que era um braço mais de integração entre os entes...

V.F. – Que é um órgão novo, ainda.

J.B. – É vinculado, na verdade, ao governo federal, mas buscava integrar... Ou seja, a governança dos Jogos tinha uma complexidade um pouco diferente da Copa em virtude disso. E você tinha, a Rio 2016, o COI<sup>15</sup>. Então, muitas reuniões aconteciam com todos esses atores juntos, com o conselho... Tinha o Conselho do COI, a cada período] – o COI Rio 2016, que reunia todo mundo...

V.F. – São os COCONS<sup>16</sup>?

J.B. – É. A reunião do... a gente chamou de Comitê de Coordenação, onde o governo federal participava – aí, vinha... o Leyser<sup>17</sup> e eu vínhamos, mais alguns assessores... o Dener que cuidava de infraestrutura e outros, mas a gente vinha sempre –, aí, tinha a representante da prefeitura, a representante do governo do estado, representante da Rio 2016 e representante da APO. Então, esse Comitê de Coordenação era um pouco o que efetivava as ações. Tinha o... também tinha depois, uma relação disto aí que eu estou explicando – a coordenação dos Jogos, que, aí, participava no âmbito dos ministros e do presidente da República, que debatia, também, e deliberava sobre os investimentos e tudo. Depois vou te dar um mapinha que explica isso, mas é um pouco essa a lógica – o Comitê dos Jogos, o Comitê de Coordenação, o Comitê Executivo, os fóruns da Rio 2016 no COI, que eram os COCONS. Aí, tinha um conjunto de reuniões de câmaras temáticas... Ou seja, se você quiser fazer a comparação entre Copa e Olimpíada, tem muitas coisas semelhantes. O governo

---

<sup>14</sup> Trata-se da Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público interfederativo criado para realizar a governança da preparação para o os Jogos Rio 2016.

<sup>15</sup> Trata-se do Comitê Olímpico Internacional (COI).

<sup>16</sup> Tratam-se das Comissões de Coordenação do Comitê Olímpico Internacional (COCON).

<sup>17</sup> O entrevistado se refere a Ricardo Leyser, ex-ministro do esporte.

federal, quando monta, então, o comitê... o GOlimpíadas, se inspira nisso que foi o Comitê Gestor da Copa, e adapta à realidade, evidentemente, da necessidade dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

V.F. – Tanto que o Ministério do Esporte continua coordenando esse diálogo...

J.B. – Continua coordenando. Ele tem a mesma lógica: dois membros – um membro titular e um suplente – de cada ministério... Isso no Comitê Executivo. O Comitê Gestor tinha dez, o Comitê Executivo, sete. Dois representantes de cada ministério no Comitê Executivo, que reunia geral de 15 em 15 dias. De forma extraordinária, quando precisava. Fora as turbulências políticas que a gente ia administrando conforme precisava.

V.F. – Que, depois, a gente vai entrar mais nesse... [riso] nesse tópico. O que lhe for confortável. Mas aproveitando o que você mencionou da Casa Brasil, esta justamente era uma das perguntas que eu ia fazer. Em que medida a Casa Brasil esteve na pauta, também, do Ministério do Esporte? Ou se foi uma coisa bem focada nessa Câmara Temática de Cultura, Eventos e Imagem do Brasil, ou se o Ministério do Esporte, para além desta questão de coordenação geral das Olimpíadas, se... como ele atuou? Tinha, lá, uma parte que era muito ligada à Caixa Econômica, e outra, ao Banco do Brasil, de um pouco da experiência dos esportes. Isto, nas Paralimpíadas, foi bem forte, essa experiência do esporte paralímpico... Mas, enfim, como é que foi a participação do Ministério do Esporte?

J.B. – Primeiro, uma decisão do Comitê Gestor de realizar a Casa Brasil, fruto da experiência de outras Olimpíadas. O Brasil teve a Casa Brasil em Londres, teve em Pequim... Então, é uma... Eu não sei quando começou, mas, então, é uma tradição... uma tradição dos países. Nós estamos falando, aqui, dos países. O Brasil foi se consolidando, também, montando a sua casa – Pequim e Londres são dois bons exemplos. Evidente que você realizar a Copa no seu país merece uma atenção especial. O Comitê Gestor aprovou a necessidade de organizar a Casa Brasil. Então, foi uma decisão do colegiado. Como funcionava o Comitê Gestor? Ele reunia em torno de 80 a cem pessoas a cada reunião. Estavam todos os ministérios lá. Todos os responsáveis dos ministérios.

V.F. – E lá em Brasília?

J.B. – É. Ele fazia reuniões ampliadas. É importante dizer isto. Então, eram sete membros, mas a gente chamava todos os ministérios e órgãos que tinham alguma relação com a Olimpíada e a Paralimpíada. Então, dava em torno de 40 a 50 órgãos, entre ministérios e órgãos do governo federal, nessas reuniões. Então, de 80 a cem pessoas. E essas reuniões repassavam os principais

temas. Ou seja, abriam para as câmaras apresentarem um relatório do andamento do seu trabalho e debatiam temas que eram necessários para aquele momento, para aquele período, para cada semana, ou para cada quinzena... Então, a gente sempre botava na pauta o que era principal. Toda reunião que a gente tinha, que o Comitê Organizador tocava, a Rio 2016 etc., a gente também... Assunto que dizia respeito a alguma intervenção do governo, a gente botava na pauta. Então, claro que quando a gente decidiu pela criação da Casa Brasil, a gente decidiu no Comitê Gestor, levando em conta a experiência já vivida. E pela natureza do tema, definimos, então, que a Câmara de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil, sob a coordenação do Ministério da Cultura, cuidaria do assunto e reportaria ao Comitê Gestor as sugestões mais importantes para deliberar. Então, o Comitê Gestor... vamos assim dizer... empoderou a Câmara Temática de Cultura, Turismo e Imagem do Brasil para coordenar as ações num conjunto de reuniões de que participavam os membros da câmara – o Ministério do Esporte fazia parte; eu mesmo participei de várias reuniões específicas, coordenadas ou pelo próprio ministro da Cultura, ou pelo João<sup>18</sup>, que era secretário-executivo, ou, geralmente, pelo Adriano de Angelis, que era o responsável direto para cuidar da câmara. Então, você veja, é um bom exemplo de um plano que deu certo. Um bom exemplo de uma ideia que entrou no Comitê Gestor, que passou por um debate de uma câmara, que resultou num projeto especial e que foi efetivada nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos e que foi um sucesso extraordinário.

V.F. – E havia algum projeto do Ministério do Esporte, especificamente, na programação da Casa?

J.B. – Aí, na programação... Como é que se dava a programação? Quando você entrevistar o Adriano, ele vai te relatar detalhadamente.

V.F. – É, a gente vai entrevistar. Eu falei para ele que ele está... que não adianta ele fugir, porque a gente vai entrevistar ele.

J.B. – Exatamente. Pega ele.

V.F. – Não, mas a gente deve entrevistá-lo agora, em início de novembro. Ele está viajando.

---

<sup>18</sup> O entrevistado se refere a João Brant, quem foi secretário-executivo do Ministério da Cultura (MinC) em período anterior à realização dos Jogos Rio 2016.

J.B. – Isso. Bom, aí, se discutia, evidentemente, o cronograma, a programação. Tudo isto foi fruto de debate. Resultou nessa consulta aos ministérios que participaram, outros órgãos... Por exemplo, a Fundação Palmares, que é ligada ao MinC<sup>19</sup>, participou.

V.F. – Tinha uma exposição do Ministério da Saúde sobre o Mais Médicos<sup>20</sup>, não é?

J.B. – Ou seja, aí entrou... A gente tinha que expressar, ali, um pouco, o seguinte: o trabalho do Brasil, do governo, também, ou seja, outras manifestações. Então, você teve, ali, relações, também, com pequena e microempresa, o trabalho que a Apex<sup>21</sup> faz de relação... o trabalho que ela faz internacionalmente. Então, a gente, ali, estava... As manifestações culturais – o São João apareceu, ou seja... Então, foi uma produção, um grupo que pensou quais eram... É evidente que o esporte apareceu com destaque, porque, quer dizer, é uma Olimpíada, você tem que destacar isso. Nós não conseguimos efetivar um projeto – até deixamos em voo de cruzeiro, mas aí veio a interrupção do governo –, que era uma exposição do negro no esporte. Nós já estávamos com isto praticamente encaminhado. Ia ser ali no Galpão da Cidadania. Aí, a gente já tinha mobilizado e tal, mas, aí...

V.F. – Ali, em frente ao Cais do Valongo, nas docas...

J.B. – É, eu acho que não houve muito interesse do governo que entrou logo após o impeachment da presidenta Dilma.

V.F. – Mas essa seria a grande ação do... nessa programação?

J.B. – É, era uma das ações, na Casa. Quer dizer, se você percebeu, ali, a Casa é um conjunto de atividades...

V.F. – Inclusive, seria uma programação, uma atividade que não estaria dentro da Casa, não é? Teria um lugar específico.

J.B. – Um lugar específico, mas vinculado à programação. Quer dizer, a Casa tinha, ali, aquele espaço, a gente tinha até pensado... A gente já tinha... A empolgação era grande. Ia até botar a exposição do negro já com extensão, uma relação... um conjunto de atividades na cidade... Não sei

---

<sup>19</sup> Trata-se do Ministério da Cultura (MinC).

<sup>20</sup> Trata-se de uma política pública de saúde que tem como objetivo suprir a necessidade de médicos em localidades no interior e em regiões periféricas do país. O programa foi implementado no ano de 2013, no primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff.

<sup>21</sup> Trata-se da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).



nem como que isto se concretizou. A ideia era a Casa expandida na cidade, com museus, com outras atividades. Eu não sei como que isto se deu até o fim. Eu já sou... Ou seja, até ali, eu acompanhei, visitei a Casa... Aí, eu visitei a Casa como espectador, já não mais como...

V.F. – Como gestor.

J.B. – Como alguém que tinha ajudado a construir o processo. Bem no meio... na véspera... Na verdade, foi na véspera que veio o impeachment da presidenta Dilma. Mas a programação foi isso. Ou seja, foi esse grupo que procurou trabalhar um pouco num conjunto de atividades que refletisse esse pensamento [inaudível] de divulgar o país e aproveitar a oportunidade.

V.F. – E pensando no Grupo Executivo, no Geolimpíadas<sup>22</sup>, você entrou nele em 2015, não é isso?

J.B. – Início de 2015, formalmente. Porque eu acompanhava algumas ações das Olimpíadas pelo... porque eu era da Assessoria de Grandes Eventos, mas o meu foco era a Copa do Mundo. Eu entro formalmente no início de 2015.

V.F. – Pós-Copa.

J.B. – Pós-Copa.

V.F. – E qual era... Como é que estava o cenário, no GOlimpíadas, quando você se engaja mais diretamente? Quais ações já estavam encaminhadas, quais ações ainda mereciam maior atenção?

J.B. – Olha... Em 2015, assume... Tem uma mudança de ministro, o Leyser é convidado para ficar como secretário-executivo do Ministério do Esporte, assume a coordenação formal do Geolimpíadas, porque, evidentemente, ele já vinha acompanhando como secretário de alto rendimento as ações... acompanhando a questão das obras, aqui, relacionadas às Olimpíadas; ele já coordenava as ações ligadas aos programas de esporte... às obras pelo país – os centros de treinamento etc. –, acompanhava já os programas Bolsa-Atleta, Bolsa Pódio– ele já coordenava tudo isto –; mas ele assume definitivamente a coordenação geral do Geolimpíadas em 2015, aí eu me junto a ele no grupo executivo. A primeira atitude foi retomar com toda força. Não, retomar, não. Não sei se a palavra correta é retomar, porque ele... o Geolimpíadas já vinha reunindo. Mas com o período da Copa do Mundo – a Copa do Mundo se realizando – teve aquele período eleitoral, ali,

---

<sup>22</sup> Trata-se do Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (Geolimpíadas).

também, em final de 2014, e a necessidade de entregar a Copa do Mundo, houve uma... as reuniões ficaram um pouco mais espaçadas, no final de 2014. Então, a gente retoma em 2015 com toda força, reunindo o grupo executivo de forma... Essas reuniões mais ampliadas... Ou seja, botando todo mundo em movimento. E, se você pensar em 2015, já era um processo de organização da reta final. Já estávamos entrando na fase operacional. Além da necessidade de entregar as últimas obras e ver os últimos investimentos chegarem para que as obras pudessem ser realizadas, no que dependesse do governo federal, a gente já estava, também... com todo o cuidado para acompanhar, e no que dependesse da decisão do governo federal, a gente definir e garantir as questões operacionais. A gente entrou... Quer dizer, foi um ano bastante intenso. Ou seja, eu poderia dizer que o marco foi a gente acelerar os trabalhos. Entregamos a Copa, OK. Agora, vamos acelerar os trabalhos já entrando na fase final de organização das Olimpíadas. A gente fortaleceu muito o trabalho do Geolimpíadas, fortalecemos a governança... Se você pegar do ponto de vista dos grupos, eram grupos de trabalho, a gente fortaleceu, também, recriou alguns, viu o que precisava ajustar e deu sequência a esse trabalho mobilizando todo o governo, interagindo aqui, fortalecendo a presença aqui no estado, nas reuniões com a Rio 2016.

V.F. – E, Joel, pensando, assim, se você se lembra, nesse momento, se algum tópico, algum projeto, alguma câmara temática precisava... demandava maior atenção nesse momento. A gente começa a perceber que alguns... ao longo da pesquisa, que algumas questões são mais facilmente, vamos dizer assim, engatilhadas e começam a ter uma definição já antes, outras questões demandam maior atenção, maior discussão... Assim, na sua perspectiva, o que é que demandava maior atenção, nesse momento?

J.B. – Acho que a gestão como um todo. Ou seja... Que é que a gente viu? Vamos fortalecer a integração, que, também... Quer dizer, nada pode ficar descoberto. Claro, se você falar de segurança – segurança é sempre um tema muito delicado. O advento, aí, dos ataques terroristas no mundo. Outra coisa que todo mundo falou: “Olha, o Brasil não é um alvo em potencial, não tem tradição, mas com esse advento aí do lobo solitário, alguém pode... pode ter algum risco. Sempre pode ter um risco”. Então, a área de segurança realmente tem um trabalho de organização, de inteligência, sempre procurando... aproveitando, inclusive, experiências da Copa do Mundo para fortalecer esse trabalho de inteligência no mundo, integração com outros órgãos de inteligência em todo o mundo, em outros países. Isto foi uma coisa que se fortaleceu bastante, levando em conta essa realidade internacional. Essa área procurou se integrar com outras agências de inteligência do mundo todo para poder fazer um planejamento adequado para a Olimpíada, evitar qualquer risco etc. Então, a área de segurança, que sempre exigiu um debate muito profundo, porque você integra forças de

segurança nacionais ligadas à justiça, você integra forças armadas, você integra, aqui, forças locais, do estado, do município. Ou seja, isso exigia um planejamento cotidiano. Energia é um assunto delicado. Exigiu que o governo redefinisse investimentos. Tinha coisas que eram atribuição da Rio 2016, passaram para o governo federal, do ponto de vista da energia. Segurança, mesmo, houve uma redefinição. Houve uma definição de que a segurança interna das instalações seria feita pela Força Nacional. Então, houve um replanejamento, porque houve uma decisão política de que a segurança interna das instalações fosse assumida pelo governo federal. Na Copa, foi contratada segurança privada. Na Olimpíada, a partir de 2015 – “Vamos fazer...”

V.F. – E por que é que se deu esta mudança?

J.B. – Exatamente para garantir... Porque se pensou que isto ajudaria em ampliar a segurança das instalações e a segurança do evento. E foi certo. A ação da força de segurança, foi um negócio extraordinário.

V.F. – As instruções orçamentárias pelas quais o comitê passou influenciaram de alguma maneira essa...

J.B. – Eu acho que aí... Eu acho que houve um... Eu acho que teve um sentido mais de garantir a segurança no evento. Teve que comprar material esportivo... Aí, são coisas que o especialista Ricardo Leyser vai poder detalhar mais, mas segurança, material esportivo, energia – foram temas que o governo federal... A compra de material esportivo, o financiamento de energia – parte governo federal, parte governo do estado, assumiu, assim, mais na reta final – e segurança das instalações esportivas. Segurança interna das instalações. Porque a externa já era dos governos. Você vê o exército, que foi uma outra coisa que... As forças armadas assumiram com mais força a segurança externa, além da polícia civil, além da polícia militar. Então, a decisão foi colocar a força nacional dentro das instalações – foi correto. Então, são três temas, por exemplo, em que o governo federal, nesse período final, jogou mais para perto, chamou mais para si: energia, uma parte – estou falando do governo federal –, segurança interna das instalações, com a força nacional, e compra de material esportivo. Depois, você tem que pegar em números, isto, mas foram coisas, por exemplo, que... o governo federal chamou mais para si, assumiu mais a responsabilidade, para que não tivesse nenhum furo.

V.F. – E teve alguma pauta que você acompanhou mais de perto, que você acompanhou com maior detalhamento, nesse, vamos dizer assim, grande cardápio de pautas e de ações?

J.B. – A gente acompanhava um pouco tudo. Esse acompanhamento mais geral. O Geolimpíadas – esta coordenação a gente fazia – o Leyser coordenava; na ausência, eu coordenava essas reuniões de integração aqui, do comitê Rio 2016, reuniões temáticas. Isto, a gente acompanhava um pouco de tudo. A gente acompanhava um pouco... Batia o escanteio, ia lá cabecear...

V.F. – Jogava nas 11. Não tem jeito. [Riso] E, bom, do ponto de vista da gestão, já entrando um pouco nessa pauta da gestão, a organização desses eventos impôs alguma mudança no arranjo do ministério?

J.B. – Sim.

V.F. – Que tipo de mudança?

J.B. – Eu acho que o ministério se preparou. Por exemplo, a criação da Assessoria de Grandes Eventos. Foi uma decisão que deve acabar em... Talvez termine agora, em dezembro. Uma Assessoria de Grandes Eventos que deu suporte ao ministro e à Secretaria-Executiva. Foi uma decisão de gestão. A Secretaria de Alto Rendimento acompanhou o conjunto de obras... O Leyser vai poder dizer mais, isto – acompanhava, a Alto Rendimento, obras pelo Brasil todo, mas é claro que ela teve um foco na preparação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, porque ela teve que trabalhar a estruturação de centros de treinamento pelo Brasil todo, centros olímpicos... Criou aquele Centro Paralímpico, em São Paulo. Foi uma obra... Uma definição política – “Olha, vamos fazer este Centro Paralímpico...” Os programas Bolsa-Atleta, Bolsa-Pódio... Evidente que o evento, quer dizer, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, necessitou que o ministério se planejasse para dar conta, inclusive, da preparação dos nossos atletas para o evento. Ou seja, ele se preparou... Quando criou uma Assessoria de Grandes Eventos, ele se preparou para a ação mais operacional – dar suporte operacional e de gestão, tanto para a Copa quanto para a Olimpíada e Paralimpíada, então, se trata de garantir a interlocução entre os ministérios que participaram do processo – a coordenação do governo federal, a interação do governo federal com os outros entes, ou seja, prefeituras, governo do estado e iniciativa privada –, então, foi uma decisão... a Assessoria de Grandes Eventos foi, um pouco, isso. A prioridade do próprio ministro... Muita coisa se voltou para isso. E imagino que as políticas públicas adotadas pelo governo federal, a partir do Ministério do Esporte, de incentivos tanto a investimentos que criassem uma infraestrutura não só para a Olimpíada, mas que criasse uma infraestrutura para garantir um trabalho de base, inclusive – você pega a Segundo Tempo, você pega investimentos para criar esses centros esportivos pelo Brasil, que resultaram num

legado para as cidades e para a população – uma coisa está relacionada à outra: você não cria... você não faz só para Olimpíada – você criar essa infraestrutura, esses equipamentos, você faz um investimento em projetos públicos como o Bolsa Atleta, o Bolsa Pódio etc., você exigiu, desde 2003/2004, uma mudança operacional no Ministério, de gestão. A própria criação do Ministério é uma decisão. Eu diria, inclusive, o seguinte: nós fizemos o Sul-Americano, em 2002... O Sul-Americano... O Leyser... Eu vou roubar, já, uma coisa que o Leyser vai falar amanhã, ou seja, vocês apagam o meu depoimento se o Leyser falar sobre isso. Ele fala isso com muita propriedade, porque no Sul-Americano, para você ter uma ideia, existia só uma pista olímpica oficial, em Belém. No Sul-Americano. Olha só, onde que nós estávamos. Imagina. Tivemos que fazer o Sul-Americano em Belém, Curitiba, São Paulo e Rio. Em quatro cidades, o Sul-Americano, porque não tinha... A única pista oficial era Belém. Não tinha nem em São Paulo, uma pista oficial. Então, nós passamos do... Você veja, em 2007, a gente faz o Pan-Americano; os Jogos Militares, em 2011 – Mundiais –; Copa das Confederações, em 2013; Copa do Mundo, em 2014; Jogos Olímpicos e Paralímpicos, em 2016. Olha o patamar em que nós chegamos, aqui. A infraestrutura criada. Olha a infraestrutura que se criou para isso. Isso foi uma decisão política, criar o Ministério, fazer um plano, ganhar os Jogos Olímpicos, ganhar a Copa do Mundo, ganhar a Olimpíada para cá, e a Paralimpíada, e realizar os grandes eventos que a gente pode intitular “A Década do Esporte”. Houve uma decisão política, se criou ministério, se definiram algumas diretrizes, e se fez acontecer. Isto é importante registrar. E é importante registrar o seguinte: o Fernando Henrique tentou trazer a Olimpíada. Não teve força para isto. Quem teve força para trazer os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos, e, antes, a Copa, foi o prestígio do governo Lula. Foi o prestígio do Lula que trouxe a Copa e, especialmente, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Todo mundo lembra da disputa que foi, especialmente com... Foi Madri, Chicago... Chicago, o presidente Obama foi para o evento, inclusive. Se articulou para disputar. E o Brasil ganhou, porque apresentou um bom projeto, um projeto viável, um projeto bem construído – mostrou o Rio de Janeiro, mas mostrou o Brasil –, e o prestígio que tinha o governo Lula no exterior era extraordinário. Por isto nós ganhamos, também. Em acho que isto, hoje, em fruto da conjuntura, talvez seja pouco dito. Mas que se registre: foi isso. Porque o governo anterior tentou e não conseguiu. Então, também teve o prestígio do governo, que se dedicou, criou ministério, fez um planejamento, ganhou a realização do Pan-Americano, que foi o teste que viabilizou o Rio de Janeiro como cidade possível para realizar os Jogos Olímpicos, e articulou a conquista da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Isso é fundamental. Quer dizer, não surge do nada, surge de uma decisão política do governo de realizar os grandes eventos, de um planejamento bem feito e de uma instância de uma execução bem realizada, que foi sucesso em todos esses elementos.

V.F. – Na relação dos programas que você mencionou...

J.B. – Isto exigiu, é claro, para reforçar a sua pergunta, o Ministério do Esporte com uma estrutura... Apesar de que o Ministério do Esporte não tem uma grande estrutura funcional. Ele tem, evidentemente, que buscar mais recurso na Esplanada – ele teve mais recursos –, se cercou de mais consultorias para poder executar os objetivos que assumiu. Então, exigiu essas mudanças internas que foram mudanças não só de estrutura, mas de pensamento, também. Se pensaram políticas, ali. Se tomaram decisões. E é claro que resultou na capacidade de gestão, ou seja, teve que se pensar, então, essas formas de gestão que aprimorassem a ação do Ministério do Esporte, porque ele tinha questões específicas para atender e tinha o papel de coordenar o comitê gestor, tanto da Copa quanto da Olimpíada, então, é evidente que isto foi um desafio.

V.F. – Agora, essa Assessoria de Grandes Eventos, que você menciona que deve acabar em breve, a gente entende, vamos dizer assim, a desmobilização desta assessoria por outro lado. Por exemplo, a Secretaria de Alto Rendimento é uma ação contínua do âmbito do Ministério do Esporte, então, que...

J.B. – Veja bem, eu me arrisquei em dizer que vai terminar a Assessoria de Grandes Eventos.

V.F. – É. Possivelmente.

J.B. – Eu não sei. Pode até acabar o Ministério do Esporte. O atual governo acabou com o Ministério da Cultura. Voltou atrás. Eu não sei o que vai ser do Ministério do Esporte. Eu vi que já diminuiu bastante o orçamento. Não sei. Por isso que essa ideia de você ter políticas públicas permanentes, estruturantes, que o Estado assuma as principais políticas públicas como ação permanente, é fundamental. A cultura... É impossível pensar em não ter Ministério da Cultura. É impossível pensar em não ter um Ministério da Saúde. Eu acho que depois dos grandes eventos – da Copa do Mundo e das Olimpíadas – é impossível pensar em não ter um Ministério do Esporte, mas, aí, nós vivemos, também, muitas decisões ao sabor da conjuntura e da vontade de quem entra ou de quem sai. Então, não sabemos o futuro do Ministério do Esporte. Não sei das políticas do Ministério do Esporte, que pode... A existência dele não resulta no futuro, também, das políticas que lá estão sendo coordenadas. Tomara que ele sobreviva por muito tempo.

V.F. – Inclusive, a gente tem reformas, já, da nova gestão, do governo Temer... Por exemplo, a questão da reforma do ensino médio, que num primeiro cotejamento tirava a obrigatoriedade do

ensino de Educação Física, que é uma situação que ninguém esperava, justamente logo após o encerramento dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

J.B. – Claro. Se você tem uma PEC<sup>23</sup>, que pode ser aprovada, que ela congela investimentos e pode retirar dinheiro da educação e da saúde, imagina os outros setores. Então, está sob risco o legado que se deixou, que está se deixando. Porque esta questão dos equipamentos que os governos construíram para o esporte, de que a sociedade pode se utilizar, as políticas como o Bolsa Atleta, o Bolsa Pódio... A maioria desses atletas que disputaram os Jogos Olímpicos e Paralímpicos receberam Bolsa-Atleta. O Brasil chegou nesse patamar, também, por fruto de investimentos... desses investimentos nessa disputa esportiva. Se isto não continuar, é evidente que nós vamos ter uma regressão. [inaudível]

V.F. – Essa até era uma questão. As metas do Ministério do Esporte eram até bastante ousadas para... Enfim, de subir no quadro de medalhas, do Brasil subir no quadro de medalhas tanto no Olímpico quanto no Paralímpico, e uma das grandes apostas para isto era justamente esse conjunto de programas – o Bolsa Atleta, o Bolsa Pódio –, e, assim, antes da...

J.B. – A lei de incentivo, que ela ajuda...

V.F. – A lei de incentivo... Justamente. E, assim, antes da mudança de governo, antes do afastamento da presidenta Dilma, a expectativa do Ministério era que esses programas continuassem após as Olimpíadas?

J.B. – Sim. Continuassem e fossem fortalecidos. Exatamente aproveitar o evento para fortalecer o esporte. Num evento desses, você comprova, ali, os investimentos que você fez, o acerto das políticas que o governo fez, e a ideia sempre foi fortalecer essas políticas para já poder pensar, do ponto de vista da disputa esportiva, em 2020. Os países... A Inglaterra chegou como a segunda potência nos Jogos Olímpicos, eu não lembro como que ficou nos Jogos Paralímpicos. Também ficou em terceiro ou quarto. Quer dizer, ela... Em 2012, ela não parou, ela se fortaleceu. Ela chegou como a segunda... Passou a China. Fez a Olimpíada de 2012, aproveitou o momento e se fortaleceu como potência olímpica. Quer dizer, é nisso que o Brasil precisa pensar.

---

23 Trata-se da abreviatura de Projeto de Emenda Constitucional (PEC). No caso específico, o entrevistado se refere à PEC nº 241 (na Câmara dos Deputados) e 55 (no Senado Federal) de 2016, que previa o congelamento das despesas primárias da União por vinte anos (até 2036). O projeto tramitava no Congresso Federal no momento da entrevista, sendo aprovado em dezembro de 2016.

V.F. – Esta era uma questão até que eu ia mencionar, agora – o caso da Inglaterra. Porque, assim, um desafio muito grande é manter o desempenho ou, então, melhorar o desempenho depois que passa o evento dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no país-sede. Uma boa parte desses países, depois, inclusive, ou têm uma certa estagnação ou, inclusive, cai. A Inglaterra foi quase um ponto fora da curva. Então, acho que era um desafio muito grande... E aí, pensando justamente neste desafio de manter ou ampliar... E aí, pensando, obviamente... Eu não estou discutindo o que está sendo colocado agora, mas, assim, qual era o planejamento de vocês antes do processo de impeachment? Quais eram as ações em que vocês estavam pensando justamente para tentar não ter essa queda nos próximos eventos, nos próximos Jogos.

J.B. – O Ricardo Leyser vai conseguir te explicitar isto com mais detalhes, mas, com certeza, era ampliar, era aproveitar o momento e fortalecer as políticas.

V.F. – Ampliar o número de bolsas?

J.B. – Ampliar, quer dizer... no mínimo, tratar o projeto. Fazer com que... É evidente que essas coisas de projeto, de continuidade, dependem muito do orçamento. O Brasil não vive o melhor momento. Tudo isso depende do orçamento, de disponibilidade, mas a ideia, o conceito... Manter o conceito! [ênfase] Você vai discutir investimento para o esporte, você investe mais em esporte, você precisa investir menos em saúde. Você tem um conjunto de políticas de esporte que você pode... Mais da metade da população não pratica nenhum tipo de esporte, ou seja, você tem que estimular a prática de esporte como forma, inclusive, de melhorar a qualidade de vida. Isto... Mais dinheiro no esporte, com certeza, é menos dinheiro que você tem que investir em saúde. É uma ação preventiva. Está aí um tema que poderia ser mais debatido de forma mais integrada. É claro, você passa pela Olimpíadas, você tem um conjunto de políticas, você tem que buscar fortalecer estas políticas. Claro, tudo isso depende do orçamento e de disponibilidade, mas o conceito, a ideia, é exatamente manter as políticas e ampliar. Políticas que possam ser... possam garantir investimento em esporte de base relacionado a investimentos de alto rendimento. Você equilibrar isso etc. Descobrir talentos. Alto rendimento... Você potencializar esse trabalho que você já tem, sai de uma Olimpíada com resultado positivo. Ou seja, é um desafio que o Brasil precisa enfrentar. Evidente que a posição de um governo é decisiva. O que pensa um governo, o que ele encaminha como proposta, isto é decisivo.

V.F. – E pensando esse processo de organização, tinha algumas ações específicas para os Jogos Olímpicos e outras específicas para os Jogos Paralímpicos?



J.B. – Tinha.

V.F. – Quais eram as principais?

J.B. – A questão da acessibilidade, por exemplo. Claro, pela natureza do evento. Quer dizer... a Paralimpíada surpreendeu positivamente a prefeitura. Surpreendeu positivamente. Do ponto de vista da participação. Surpreendente, inclusive, que teve a participação de... claro, muitos brasileiros, era o natural – as famílias, as crianças – foi... Teve um apelo muito grande. Os ingressos chegaram a ser... Mais de dois milhões de ingressos. Acho que só ficou atrás, se não me engano, da China ou da Inglaterra, não sei – eu acho que da Inglaterra –, a venda de número de ingressos. Uma participação imensa. Parque Olímpico lotado nos finais de semana. Foi... Teve muito êxito. Era um medo que se tinha de que pudesse ter pouca participação. Teve uma participação muito grande. Eu acho que esse apelo, mesmo. Ninguém tinha o conhecimento de que... É muito bonito ver as Paralimpíadas, o esforço extraordinário dos atletas, competindo, inclusive, num nível bastante grande. Esse esforço que transmite, também, outras mensagens, outros significados. Eu acho que essa coisa foi a questão principal. Exige, inclusive, que os governos pensem de forma mais concreta políticas públicas de inclusão de todos que necessitam de mais atenção, necessitam de acessibilidade. Desde um ingresso num equipamento esportivo ou transporte ou na chegada no aeroporto. No aeroporto, por exemplo, a gente... Um exemplo concreto das Paralimpíadas: a gente organizou simulados recepcionando delegações de atletas paralímpicos para que a gente pudesse preparar e adaptar os aeroportos para esta demanda. Então, tanto nos aeroportos quanto nas próprias arenas. Ou seja, você teve que adaptar... As arenas já foram construídas com essa concepção de acessibilidade. Você preparou, também, ali, algumas questões. Talvez essa simulação que a gente fez nos aeroportos, esse tratamento já da recepção é um bom exemplo. Um exemplo concreto de que nós pensamos, já, a Paralimpíada também com essas diferenças, com essas adaptações que precisavam ser feitas. Então, foi importante isto.

V.F. – Agora, essa questão da acessibilidade aparece, também, na própria... claro que, assim, nas Paralimpíadas é exponenciado, mas nas próprias Olimpíadas. Essa questão da acessibilidade faz parte da construção do processo como um todo, imagino.

J.B. – Sim. Sim. Claro. Claro, é evidente que na Paralimpíada isso tem mais presença, mas você pega as arenas, hoje, você tem, lá... A Copa já teve isso. Quer dizer, os grandes eventos exigiram que o país pensasse a questão da acessibilidade com mais... fizesse mais esforço de pensar soluções,

inclusive adaptar legislações. A Lei Geral da Copa, a Lei Geral da Olimpíada, elas foram aprovadas com esse pensamento. As próprias regras nacionais – eu não tenho aqui isso detalhado, mas exigiu-se um novo pensamento. Então, eu acho que os legados dos grandes eventos – para não dizer só da Paralimpíada, porque é isso mesmo, são os grandes eventos, que a Olimpíada é o grande evento – exigiram que os governos pensassem políticas públicas relacionadas a acessibilidade para que se transformassem em políticas permanentes. Legislação municipal, estadual, nacional... Eu acho que nós... O debate virou. É outro debate que a gente faz. A atenção é outra. Isso exige mudanças nos equipamentos esportivos, exige mudanças em qualquer equipamento, em qualquer instalação, hoje, seja moradia, seja escolar... Hoje, isso tem mais atenção. Eu acho que ainda é muito precário em muitos lugares. Você pega o transporte, muitas vezes você tem, lá, o acesso adaptado, mas não funciona. Ou você tem... O treinamento muitas vezes é deficitário, ainda. Pessoas que possam ajudar nesse processo... Então, é um desafio que nós temos pela frente. Ainda é um desafio presente. Tem muitas coisas para se resolver. Mas eu acho que os eventos ajudaram a despertar isto. Eu acho que a Paralimpíada é um exemplo disso. Quer dizer, quando você olha ali, você vê o esforço, você tem um simbolismo muito forte. Mas as instalações já... Você pega, ali, qualquer instalação da Copa ou da Olimpíada, você entrou, você tinha, ali, já o reflexo desse pensamento. É pouco, ainda, mas é um começo. Isto tem que refletir na cultura do país. Então, você vai repensar você ter o ônibus sem ar-condicionado, um tempo atrás, repensar você ter o ônibus não adaptado... A gente teve que correr atrás, por exemplo... Uma coisa que teve que quebrar a cabeça, nos governos, foi conseguir ônibus adaptados para transportar os atletas, pessoas que tivessem a necessidade de ser transportadas para as competições. O governo federal tem um programa que tem um ônibus escolar que é adaptado, mas ele tinha problema de tamanho etc., então, teve que buscar uma alternativa. Você vê que não é fácil. O evento fez os governos enfrentarem essa realidade na prática. Então, é um caminho longo a percorrer.

V.F. – Esse ônibus, eu vi parado, algumas vezes, lá na entrada do Parque Olímpico na Barra.

J.B. – [inaudível] Ou seja, o transporte exigiu uma adaptação concreta para que pudessem as delegações se deslocarem etc.

V.F. – Agora, para além dos grandes eventos, nessa capitalização dessas políticas mais acessíveis, enfim, você concretizar isto na vida prática ainda é...

J.B. – É um desafio. Porque...

V.F. – A gente vê os ônibus, enfim, e uma série de outros equipamentos urbanos que ainda têm muita dificuldade...

J.B. – Não tem. Isto diz respeito a uma decisão política, que exige uma compreensão dos governantes, exige uma mobilização da sociedade... Isto tem que estar na cultura, também. Quer dizer, é um movimento mais lento. Precisa se acelerar. Os eventos ajudaram a acelerar. Aquilo que a gente sempre falava... Quer dizer, se você pegar, hoje, do ponto de vista de estrutura, inclusive – leva em conta uma infraestrutura moderna –, os aeroportos no Brasil, a Copa do Mundo, concretamente... os Jogos Olímpicos, os grandes eventos ajudaram a acelerar esses investimentos. Brasília. Se você entrasse no aeroporto de Brasília... Quem entrou no aeroporto de Brasília antes de 2014 e entra agora não sabia o que era aquilo. Ou seja, era um negocinho pequenininho. Brasília ganhou um grande aeroporto, como Guarulhos, Galeão...

V.F. – Acho que eu nem conheço mais o aeroporto de Brasília. A última vez que eu fui foi em 2011, então...

J.B. – Curitiba é um negócio... Eu sou um paranaense de Santa Catarina nascido no Rio Grande do Sul, então, eu... Me definiram assim. Morei em São Paulo e sete anos em Brasília. Mas eu... Morei 15 anos em Curitiba, sete em Brasília. Curitiba é outra coisa. O aeroporto, hoje, é outro. Ou seja, teve um conjunto de investimentos nos últimos três ou quatro anos que melhorou a infraestrutura aeroportuária, e teve essa visão, também, da acessibilidade, etc. Acessibilidade é isto: acessibilidade diz respeito ao melhor funcionamento não só para quem tem alguma deficiência; é para todos terem um serviço da melhor qualidade. Melhorou os serviços. Foi sempre uma coisa que a gente botou nos grandes eventos. Como que a gente pode, também, potencializar a melhoria nos serviços? Que era uma cultura... Isto exige investimento, exige capacitação, mas é uma preocupação, também, para que a gente possa conquistar mais turista, ou seja, é uma área que precisa melhorar. Se você elencar o que precisa melhorar, é um conjunto de coisas, mas que os grandes eventos ajudaram a acelerar. Quando falei dos aeroportos, é que o conjunto dessas obras de infraestrutura só aconteceram porque os grandes eventos ajudaram a acelerar. Talvez elas ficariam mais cinco ou dez anos ou 15 anos no papel. Porque é tudo lento no Brasil. O Brasil é... Ou seja, você tem uma licitação... Primeiro, definir investimento, fazer isto... É um processo muito demorado, a nossa legislação. Então, você ter um evento dessa natureza, isto ajuda a acelerar alguns investimentos. Isto foi bom. Isto ajudou. Mas eu pego os aeroportos como exemplo. [Mas] teve outras obras. Os aeroportos foram um exemplo disso. É oportunidade dos grandes eventos para efetivar concretamente um projeto. Que não foram construídos para os grandes eventos, foram construídos para a população se utilizar

aproveitando os grandes eventos. É diferente. O pessoal falava: “Olha, tem aquela...” Aquela coisa... Algumas faixas em algumas mobilizações: “Eu quero tratamento para a saúde e para a educação como...”

V.F. – Padrão FIFA.

J.B. – Padrão... “Dinheiro para a educação e para a saúde como temos para os estádios.” Se fosse um tratamento para a educação e para a saúde como tinha para os estádios, a educação e a saúde tinham falido, não é? Porque... Ou seja... Educação e saúde, o que investe de investimento é um negócio extraordinário. Então, não dá para fazer a comparação. É uma coisa... Não dá para, também, cair nessa armadilha, ou seja... Educação e saúde, o orçamento do governo federal é um negócio extraordinário. Então, se fosse ter o mesmo tratamento [riso], a saúde e a educação estariam, aí, sim, numa situação muito difícil. Também tem que ter um certo cuidado com o que você reivindica. Mas é isso. O importante é que despertou... acelerou alguns projetos que o Brasil talvez não tivesse completado.

V.F. – Mais cedo, um pouco, a gente falou um pouco sobre a Autoridade Pública Olímpica, que é uma experiência única, enfim, de um consórcio interfederativo que criou um espaço de diálogo entre os três entes: governo federal, governo estadual e governo municipal. Agora, nos eventos anteriores – na Copa de 2014, no próprio Pan, enfim –, você não tinha um órgão como esse ajudando, aí, a colocar em diálogo esses diferentes setores. Na sua perspectiva, por que, nas Olimpíadas... Eu sei que um foi compromisso assumido no processo de candidatura, mas por que este compromisso foi colocado, de repente, para as Olimpíadas, e não para os eventos anteriores?

J.B. – Porque eu acho que é diferente... Tem uma particularidade das Olimpíadas. Mas o governo... O sistema de governança foi pensado de uma forma, depois, foi adaptado... terminou com... Esse negócio da APO resultou no que é a APO do ponto de vista de um órgão inter... não sei se interfederativo. Quer dizer, ele, na verdade, ficou ali como um consórcio de que o governo federal, o governo estadual e a prefeitura participavam. Então, foi a solução encontrada para a governança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil. Mas isso começou com uma outra empresa. Teve mudanças no caminho, fruto da mudança de governos. Está certo? Foi a melhor solução? Não sei. Vou dizer para você quem vai te dizer isto [riso]: o Leyser montou tudo isso aqui, e ele tem, inclusive, críticas sobre como isso começou e como isso funcionou. É alguém que vai poder te dar uma explicação, porque esse foi um pensamento que ele organizou. Tem uma opinião muito boa, muito clara sobre isso. Mas foi a experiência que se montou, esse negócio da APO. Ou seja,

começou com uma empresa, depois, virou APO, como um órgão entre os entes para, exatamente, poder, vamos assim dizer, fazer essa junção. Mas, na prática, para a governança que se estabeleceu, esses entes todos se juntaram. A integração se deu. Pelos fóruns que estabelecemos, como eu falei. O Geolimpíadas, a APO participava. As reuniões aqui, o governo federal estava aqui. Aí, mais... Estava a prefeitura, estava o governo do estado, estava a Rio 2016... Então, os fóruns que se criaram, na verdade, é que selaram a integração. A APO, acho que ficou com uma função mais de consolidar a matriz de responsabilidade, que, já, o próprio decreto determinava, e outras ações de integração entre os entes. É o que resultou, um pouco, no papel da APO.

V.F. – E aí, falando um pouco do relacionamento com esses diferentes entes públicos, como é que foi o relacionamento do Ministério do Esporte com os diferentes ministérios e mesmo com o governo estadual, governo municipal do Rio, e a própria APO? Enfim, como é que foi sendo azeitado este diálogo? Em algum momento, houve indefinições ou, enfim, algum ruído, nesse processo?

J.B. – Eu acho que foi um processo de integração, cotidiano. Está ali o desafio: tem que entregar os Jogos – Olímpicos e Paralímpicos. O governo federal tem as suas responsabilidades, o governo do estado tinha responsabilidades, a prefeitura... O desafio era integrar. Integrar... Tinha que otimizar isto, porque, quando você integra, você conhece... você tem um plano geral, você integra as ações, você pode, inclusive, otimizar e evitar gastos desnecessários com coisas que você pode fazer uma vez só – não precisa três entes fazerem a mesma coisa. Estou falando em tese, aqui. Então, o esforço que teve, do governo federal – e eu acho que teve um esforço muito grande da prefeitura e do estado e da Rio 2016 –, foi integrar as ações. Eu acho que isto foi exitoso. E onde que se deu a integração das ações? Nos fóruns. Ou seja, cada ente desses tinha os seus fóruns, as suas ações determinadas e as suas deliberações, mas nós integrávamos nos fóruns, nesses que eu falei para vocês. O governo federal tinha o Geolimpíadas, tinha as câmaras temáticas. Isto interagiu, o Comitê Gestor, com o estado e com o município nessas reuniões dos comitês de coordenação; com a Rio 2016 e com o COI, nos COCONS e outras reuniões. Isto num conjunto de reuniões temáticas. A área de segurança fazia reuniões periódicas – a área de segurança federal – as Forças Armadas, o Ministério da Justiça – se reunia de forma cotidiana com a Secretaria de Segurança do Rio, a Prefeitura do Rio... Ou seja, eu poderia dizer o seguinte: só tivemos um resultado positivo porque integrou esse processo. E a relação foi uma relação harmoniosa. Tinha divergências? Em determinado momento tinha – de quem era responsável por uma ou outra questão; ia faltar recurso... vem com uma... ou seja, essa redefinição, muitas vezes, de quem ia financiar... Quando tinha uma divergência, isto era botado na mesa, se discutia. Então, teve divergências sobre alguma determinada questão? Aqui ou ali tinha.

Mas se sanava, exatamente, com diálogo nos fóruns estabelecidos e na integração que se atingiu, porque, em última instância, você tinha uma integração em tal nível que conseguimos fazer um processo e uma entrega de alto nível, mas isto só foi possível com uma articulação permanente. Você não monta isso do dia para a noite. Mais uma vez: nós tivemos a experiência da Copa. Foi exitosa. Muitos atores que estavam atuando na Copa já estavam aqui – do governo federal, da prefeitura do Rio, do governo do Rio, das forças de segurança – ou seja, você olhava para todo lado e via técnicos, atores que já tinham atuado na Copa ou já tinham atuado no Pan. Muita gente que tinha atuado no Pan estava diretamente na organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, então, você tinha, também, o material humano, ali. Você tinha um acúmulo, já. Tinha uma inteligência que tinha participado, não vinha do nada. Isto facilitou, eu acho, muito uma integração do trabalho feito pelos entes, porque o conjunto de atores já estava ali, no projeto ou do Pan, ou da Copa do Mundo.

V.F. – E do ponto de vista do Ministério do Esporte, da Assessoria de Grandes Eventos, do Geolimpíadas: você percebe alguma alteração no papel do Ministério do Esporte ao longo desse processo de organização dos Jogos?

J.B. – Comparando com o Pan? Comparando com...

V.F. – Não, falando do próprio processo, mesmo, de construção das Olimpíadas e das Paralimpíadas. Assim, em algum momento, houve alguma virada, alguma mudança, enfim, nesse papel de organização, ou mesmo de gestão?

J.B. – Na verdade, em 2014, tem eleição – o ministro do Esporte era o Aldo Rebelo –, e assume outro ministro, que foi o ministro George Hilton. [inaudível] uma mudança de ministro. Isto teve um resultado do ponto de vista dos atores... alguns atores que atuavam, a começar pelo ministro. Manteve-se, como eu falei, a... Com a permanência do Ricardo Leyser, que já vinha tomando a Secretaria de Alto Rendimento – ele assume a coordenação-geral do Geolimpíadas... Eu fiquei com a equipe. Ele tinha uma equipe, já, na Secretaria de Esporte de Alto Rendimento. Ele assume a coordenação e mantém talvez o maior responsável, que cuidava dos Jogos desde o Pan, que é o Leyser, Ricardo Leyser, que foi secretário-executivo, secretário de Alto Rendimento, secretário-executivo, de novo, de Alto Rendimento – tem uma mudança, ali, no caminho – e chegou a assumir o Ministério. Chegou a ser... a assumir como ministro nos últimos dois meses do governo da presidenta Dilma. Você veja, em 2015, 2016, teve – nisto tudo que eu falei, aqui – que manter este planejamento com mudanças no comando político: muda o ministro, o secretário-executivo, houve mudança do secretário de Alto Rendimento, mudança de ministro de novo, no final do governo

Dilma, e mudança de ministro, que assume o novo presidente e assume o novo ministro. Se você pegar 2015 e 2016, foram muitas emoções do ponto de vista das mudanças políticas. Vale relatar. Nesse caminho, até o governo Dilma, o Leyser permanece, evidentemente, coordenando as ações, mesmo com mudança de ministros. Manteve-se o projeto. O ministro Hilton dá força, também, para o trabalho do Leyser continuar à frente. Então, se manteve a estrutura.

V.F. – Não teve nenhuma mudança de orientação...

J.B. – A estrutura básica se fortaleceu, ou seja, havia um planejamento já feito. Eu relatei, aqui, mudança política, mas o planejamento continuou, ele se manteve. Os fóruns continuaram funcionando, cumprindo suas etapas, cumprindo o objetivo traçado. Isso não alterou. Que pesem essas mudanças, algumas turbulências, que foram sendo administradas para que a gente pudesse chegar a entregar os Jogos.

V.F. – E falando, inclusive, no ministro George Hilton, você tem, em algum momento, na imprensa, você consegue mapear, inclusive, disputas ali. Enfim, inclusive um afastamento relâmpago. Afastamento relâmpago porque quase que imediatamente o Leyser retorna ao Ministério, então, ele... E mesmo com todos esses percalços, essas disputas políticas acontecendo, não teve nenhuma mudança de orientação no que tange os Jogos? Ou isto...

J.B. – Não, porque estava... O plano estava em curso. O plano estava em curso. Ou seja, os compromissos já tinham sido assumidos; o planejamento, feito; a governança, montada... Isto significou continuar o percurso. Então, foram sendo cumpridas etapas mesmo com essas mudanças políticas, que foram definições – ou de mudança de presidente, ou de ruptura, como foi o caso do impeachment da presidenta Dilma. Mas até onde nós... eu participei – o Leyser pode falar, também, da experiência, do pensamento dele – mas quando a gente saiu, nós estávamos em voo de cruzeiro, por assim dizer: o planejamento já estava montado, já estava na fase operacional. Estamos em fase operacional. Maio, junho, não é? Ou seja... Os Jogos começaram em agosto, então, a gente já tinha... O que dependia do governo federal já estava encaminhado, não é? Praticamente tudo.

V.F. – Pensando, Joel, a relação do Ministério do Esporte, do Geolimpíadas com a Rio 2016, o Comitê Rio 2016: como é que foi esta relação, esta... Inclusive pensando que o Comitê Rio 2016 está enfrentando sucessivos problemas de orçamento, que a gente facilmente consegue mapear pela imprensa. Então, assim, como é que foi essa relação e a própria relação, também, com o COI nesse processo dessas pressões, desses embates?

J.B. – Discussão franca, aberta. O Brasil tinha assumido os compromissos, absolutamente definidos. A Rio 2016 tinha os seus compromissos, o governo do estado, a prefeitura... Ou seja, sempre foi uma relação que, se tivesse alguma divergência, se buscava uma solução conjunta. Os fóruns sempre foram um espaço para encontrar saídas, buscar soluções. Não teve nada que comprometesse o projeto, que tivesse uma divergência de fundo que não tivesse uma solução. Em todo momento que precisava de uma definição, reunia os fóruns e definia. Mas os compromissos que cada um teve no processo eram bastantes claros. Os ajustes que foram feitos eram exatamente para poder garantir o evento. Então, você não teve mudanças muito radicais do compromisso que cada um tinha assumido. Uma ou outra mudança, como citei o exemplo da questão da segurança interna das instalações, da questão da energia, a questão do material esportivo, que foram coisas que o governo foi assumindo um pouco mais – ajudou na questão da cerimônia de abertura – não tenho os números, porque foi um processo já em cima dos Jogos, mas todo um processo que levou em conta a importância de realizar o evento, os compromissos do Brasil...

V.F. – Em relação à compra de materiais esportivos, este compromisso foi assumido pelo Ministério em função das dificuldades orçamentárias do Comitê?

J.B. – Eu não tenho este detalhe. Eu não cuidava desse assunto específico.

V.F. – Alguma ação foi assumida por conta dos problemas orçamentários do Comitê?

J.B. – Teria que ver aqui. Mas eu acho que o Comitê teve essa questão de... essa dúvida de quantos ingressos venderia, se conseguiria atingir o orçamento... Mas eu não tenho esse... Teria que pegar esse número. Entendeu? Tem que pegar.

V.F. – Pensando, aqui, na... Vamos entrar na questão do legado. Então, assim, legado é uma das palavras que mais aparece, mesmo antes da realização dos Jogos, e agora, também, depois da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. E aí, eu queria entender, do ponto de vista do Ministério e da Assessoria de Grandes Eventos, do Geolimpíadas – enfim, a partir da sua experiência, como é que essa questão do legado apareceu? Como é que foi essa pauta desenvolvida ao longo de todo esse processo?

J.B. – É um debate que ainda permanece. Esse legado... O que é que resulta para o país? É uma coisa que vai ter que, ainda, medir, eu acho. Não tem um legado que você pode medir – um legado



esportivo Brasil. O Brasil teve êxito tanto nos Jogos Olímpicos quanto nos Paralímpicos do ponto de vista do desempenho. Se você pegar o desempenho esportivo: bom, muito bom. Jogos Olímpicos, a gente nunca... Tinha uma meta que... Dezenove medalhas, sete de ouro. Nós tivemos o melhor resultado. Paralimpíada, nos tivemos um número de medalhas como nunca. [Quinto...]<sup>24</sup> Ficamos em oitavo, mas do ponto de vista geral, nós tivemos um desempenho... Porque todo mundo também cresce. Você vê, esse negócio de... Os países, também, todo mundo cresce. A Paralimpíada, ninguém dava muita importância até duas Olimpíadas atrás. Houve um crescimento, também, de investimento, de importância. Os países vão se dedicando. O Brasil sai bem do ponto de vista do resultado esportivo – o desempenho paralímpico. Então, você olha assim, não tem como não fazer um balanço positivo. Que é fruto, em parte, também, dos investimentos que os governos fizeram. Quando eu falo governos, tem o governo federal, mas os governos locais. A iniciativa privada, financiando projetos. A iniciativa privada, com patrocínios. Se você pegar isso... Eu não sei como que isso é uma... Teria que fazer uma soma disso, mas o esporte viveu o seu momento. Então, o desempenho esportivo é resultado da soma dos investimentos do governo federal, acho que uma grande parte, além de incentivo do dinheiro privado que abateu em imposto para investir em projetos – isto resultou no desempenho olímpico e paralímpico. Então, você olha assim... Eu não sou o maior especialista na área do esporte, não cuidava desta área, mas evidentemente estava acompanhando, você olha e vê um resultado positivo. Então, fica um legado. Um legado que continua dependendo das decisões políticas. Se isso vai continuar, vai depender, também, do que os governos, a partir do governo federal, vão pensar nos próximos quatro anos. Se quiserem, inclusive, crescer, melhorar, vão precisar manter as políticas, ou até ampliar. Vão ter que pensar os próximos quatro anos. Não sei o que será, nesta instabilidade que a gente vive, mas a primeira coisa é que você... O que a sociedade mais vê é o desempenho esportivo, talvez. Olha assim: “Opa, fomos bem na Olimpíada, fomos bem Paralimpíada”. Eu poderia dizer que isso foi possível com o resultado desses investimentos, que fica um aprendizado. “Olha, o governo tem que observar isso. O governo federal tem que observar isso. Vale a pena manter e tal?” Se não mantiver, bom, nós vamos ter comprometido a década no esporte. Tem que se pensar no futuro neste sentido. O outro legado que fica, eu acho, é a capacidade do Brasil. Eu acho que a gente vai matando o complexo de vira-lata. Ele está ainda ali, quer dizer, ele aparece de vez em quando. Você, hoje, lê parte da grande mídia – parte da grande mídia, escrita ou televisiva, ainda permanece – setores da grande mídia, na minha opinião – parte da opinião pública – ainda, um certo complexo de vira-lata. Mas eu acho que os grandes eventos foram afastando, um pouco, esse complexo, que é ruim para o país. Quer dizer, o Brasil realizou a Copa no Brasil todo. Realizou os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, Copa das Confederações, Jogos Militares... Há 15 anos atrás, é isto: nós não tínhamos conseguido organizar,

---

24 Trecho mais aproximado do que foi possível ouvir.

numa cidade, o Sul-Americano. Nós projetamos isso. Mostramos que tínhamos capacidade. Já tínhamos realizado, lá atrás, a Copa do Mundo, em 1950, quando a Europa estava toda destruída. Então, nós também sabemos enfrentar as dificuldades. A gente consegue realizar... ser um país realizador. Os grandes eventos mostraram isto. Hoje, nós conseguimos organizar com excelência qualquer evento, de qualquer natureza. Então, o Brasil mostra que é capaz. Isto é importante. Apesar de todas as dificuldades. Apesar de todas as dificuldades que nós temos, ainda. Inclusive, nós mostramos para o mundo que nós temos muitas dificuldades: econômica, sociais, em termos de desigualdade... E temos, inclusive, na minha opinião – vou arriscar dizer isto –, instabilidade no nosso processo democrático. Nós precisamos consolidar, ainda. Quer dizer, o Brasil é um país novo, comparado com outros países no mundo, é um país que ainda vai construindo a sua democracia, com alguns tropeços – mas ele tem este desafio, ainda, de consolidar a sua democracia –, mas um país cheio de potencial. Um país receptivo, tolerante... Essa mistura de etnias que formou o país mostra que ele tem um grande potencial. Eu acho que nós mostramos para o mundo, um pouco, isto: essa alegria, essa receptividade, o potencial de realizar, muitas vezes com improviso... A abertura mostrou muito, isto: um pouco desta questão de que: “Ah, o Brasil...” Se fala: “O Brasil ficou pronto em cima da hora”. Ficou pronto em cima da hora e ficou excelente. Esta é, um pouco, nossa característica: nós vamos fazendo... Não temos, talvez, o mesmo relógio que... o relógio suíço, e não queremos ter, nós temos as nossas características, mas mostramos que nós temos condições. Temos uma grande engenharia, temos um material humano, temos uma cultura fantástica... Ou seja, nós, eu acho que mostramos para o mundo essa capacidade. A abertura da Olimpíada mostrou isto. Quer dizer, a abertura e o encerramento e a abertura da Paralimpíada e o encerramento. Tudo foi um negócio que refletiu essa nossa capacidade histórica de realizar as coisas, que pesem todas as dificuldades. Então, eu acho que o legado de um Brasil capaz, um Brasil receptivo, um Brasil com grande potencial de fazer as coisas, foi demonstrado. Eu acho que fica este legado. Eu não sei se a gente conseguiu ver isso, agora. Não sei, sinceramente, se se fizer uma pesquisa, isso... Talvez seja demonstrado isso na opinião da população. A gente tem que ver do ponto de vista da história. Não é isto? Eu acho que... É possível que isso fique como legado para o país. O Brasil realizou a Copa do Mundo e, imediatamente, as Olimpíadas. Isto, eu acho que foram três ou quatro países que fizeram, uma após a outra. Então, é um negócio fantástico. Eu acho que isto também fica de legado para o país. Ficam as obras. Que, em última instância, a população utiliza. Olha o Rio de Janeiro, aqui: o transporte, o Porto Maravilha<sup>25</sup> recuperado, ampliou um pouquinho o metrô, o VLT<sup>26</sup>, o BRT<sup>27</sup>... Tudo isto são investimentos que poderiam demorar a acontecer e aconteceram por causa dos

---

<sup>25</sup> Trata-se do Projeto Porto Maravilha, que alterou significativamente a região portuária da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>26</sup> Trata-se do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), transporte sobre trilhas implementado na região do Centro da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>27</sup> Trata-se do *Bus Rapid Transit* (BRT), sistema de transporte rodoviário implementado na cidade do Rio de Janeiro.

grandes eventos. Então, a melhoria na infraestrutura: é pouco? É pouco. Mas foram recursos do governo federal associados a recursos locais – que foi uma decisão importante. E a Copa também deixou, aqui ou ali, infraestrutura. Você tem os aeroportos. Então, fica, também, um legado de infraestrutura. Eu estou aqui, sem ordem de importância, tentando dizer o seguinte: olha, fica um legado que ainda não está todo mapeado, ele precisa ainda ser entendido – se é legado ou não é legado –, tem que ver isso como está na cabeça da população – eu acho que tem uma disputa na sociedade, ainda, de que... Ou seja, para alguns, o importante é, lá, o evento, a transmissão de televisão; para outros, é o que fica como participação da sociedade, como capacidade de realização. Então, tudo isto, eu acho que ainda é uma coisa em curso. Mas eu sou otimista. Acho que ficou um legado material, que são as obras, que são os investimentos, que a população vai utilizar. A nível federal, o conjunto de investimentos na área do esporte criou centros de treinamento, pista de atletismo, ou seja, criou uma infraestrutura, que são equipamentos que a sociedade vai utilizar. Então, na infraestrutura... [inaudível] outras obras, eu acho que na área de infraestrutura fica, e eu acho que, principalmente, no imaterial, que é isso que eu falei, ou seja, o país aparecendo, a cultura, o povo, a mobilização, as crianças, as famílias indo para a Paralimpíada e lotando o Parque Olímpico, políticas públicas sendo pensadas para acessibilidade... Isto tudo é um legado imaterial que você não tem como medir muito. Eu não sei nem como é que está isto na cabeça da população, hoje. Pode, hoje, ter uma determinada avaliação, mas, daqui a pouco, ou seja, um pouco mais para a frente, nós podemos ter uma outra avaliação, positiva ou negativa, não sei. Mas esse legado imaterial é uma coisa que permanece. Eu acho que a história vai dizer, um pouco, isto: mostrar que o Brasil tem potencial de fazer o que fez sem nenhum problema, participando, inclusive, de situações, assim, como mobilizações, como em junho de 2013, e tendo uma convivência natural, pacífica da democracia, vivendo esta turbulência que nós vivemos, agora, aqui, e, mesmo assim, a gente conseguir... o Brasil suportar e realizar mostra que o Brasil deu uma... tem muito potencial. Isso tem que ser melhor avaliado. Essa questão imaterial tem que ser... Ela não é, talvez, consensual, mas ela tem que ser observada. Tem que ser observada. Eu vejo isto de forma positiva. Então, fica um legado imaterial importante.

V.F. – Agora, do ponto de vista dessas questões materiais ou de infraestrutura, enfim, você lembraria, você poderia dizer quais itens entraram e saíram, ao longo desse processo?

J.B. – Você está falando dos Jogos Olímpicos?

V.F. – Isso.

J.B. – Tem que ver a matriz. Porque a matriz... Quer dizer, os investimentos, você tem a matriz de responsabilidade, que é em torno de R\$ 7 bilhões, foram recursos para obras que eram necessárias para a Olimpíada, e foram intervenções lá no Parque Olímpico, com recursos do governo federal, que foram empréstimo, recurso da prefeitura ou da iniciativa privada. Eu acho que, desses R\$ 7 bilhões, 60% foram da iniciativa privada. Então, foram intervenções para garantir a infraestrutura de instalação para os Jogos. Você tem em torno de R\$ 7 bilhões, e a matriz está lá. A APO... está lá. Tem o quinto balanço. A atualização está ali. Aí, você tem investimentos que foram do governo federal – empréstimo e investimento direto – e da prefeitura etc. para obras que o prefeito daqui intitulou “plano de legado”, que é o metrô, que é VLT, que foram outras obras, que é o Porto Maravilha, a estruturação do porto etc., que foram obras que não eram para a Olimpíada – não precisavam ser feitas para a Olimpíada –, mas aquilo que eu falei: foram projetos que, com a oportunidade da Olimpíada, se buscou recurso do governo federal. Sem isto, dificilmente viriam tantos recursos. O Rio de Janeiro foi... teve um prestígio, aí, teve muito recurso em virtude da oportunidade da Olimpíada – da Copa, da Olimpíada...

V.F. – Foi mais um plano de antecipação de políticas públicas.

J.B. – É. Plano de antecipação de políticas públicas. Este é o termo correto. Que, então... Isto é bom, porque garantiu que esses investimentos fossem feitos, essa estrutura fosse criada. E aí, teve outras... Isto do ponto de vista do âmbito dos governos. Então, quer dizer, você não soma isso na conta da Olimpíada. Porque tem muito isto: tem uma diferença de conceito quando você fala em recurso. Para alguns, no Brasil, investir em educação e saúde é gasto. Para outros, é investimento. Para alguns, no Brasil, quando o banco quebra, salvar o banco é investimento. Para outros, é um gasto [riso]. Não é isso? Então, depende de quem está olhando e de quem formula a opinião. Quebra um banco: salva, é investimento. Investe em educação e saúde: é muito gasto. Ou seja, para outros é investimento. Na minha opinião, educação e saúde são investimento, esporte etc. Políticas públicas são investimento. Nesse caso de você aproveitar a oportunidade dos Jogos Olímpicos e investir em estrutura etc., é um grande investimento. Você cria oportunidade de investimento. E aí, você tem outras despesas que... Por exemplo, o Rio 2016 teve uma despesa de em torno de R\$ 7 bilhões, também, pelo que está registrado. Aí, é uma despesa privada, para, exatamente, organizar os Jogos, aí, tem outras... Ou seja, teria que... O evento girou em torno de R\$ 40 bilhões, em obras, ou direto da Olimpíada ou recursos disponibilizados pelo Rio 2016 para organização do evento propriamente dito e investimentos nessas obras de legado. Então, você tem que ver como isto está separado. Tinha obras que eram essenciais, e essas políticas... Também, aí, tinha recursos da própria Rio 2016 que eram ordinários. Acho que a maioria dos recursos envolvidos nos Jogos eram privados.

V.F. – Agora, pensando essa questão do legado esportivo – dos centros de treinamento, dos programas, enfim, de uma série de outras questões que aparecem –, em um determinado momento, a gente vê o governo federal sinalizando com a possível criação de uma universidade, um pouco reunindo essas experiências. Mas, vamos dizer assim, esse martelo, pelo que a gente mapeou pela imprensa – por isso que é importante conversar com vocês –, até a mudança de governo, até o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, em maio, não tinha essa batida de martelo final. Então, eu queria te perguntar como é que estava o encaminhamento? Qual era a situação desta pauta no momento em que vocês deixam o governo?

J.B. – Posso até, assim... Poderia até falar genericamente para você, mas é uma pergunta que eu vou deixar para o Leyser. Porque, essa aí, ele tem tudo. Se eu falar aqui, vou falar uma coisa...

V.F. – Vou até anotar aqui.

J.B. – É. Eu vou te dando a dica do que você pode perguntar para ele, porque... Não é isto? Estou já fazendo isto, não é?

V.F. – É.

J.B. – Porque eu posso até dar uma opinião – ela vai ser mais genérica –, mas o Leyser vai ter um conhecimento mais profundo disso. Mas era um projeto que estava bem encaminhado. Eu não sei como está hoje, mas acho que teve uma interrupção, aí, temos de... Ele pode... O Leyser vai te falar a ideia do projeto – um projeto bom, resultado exatamente desse debate que nós estávamos fazendo, da... mais um legado. Nós não estávamos falando em legado? Está aí um legado... que poderia ser deixado. Como vai ser isto, eu não sei, no futuro.

V.F. – E é justamente isto que eu ia te perguntar em seguida, se tinha sido alguma coisa mudada, enfim, em relação ao que foi apresentado pelo ministro Picciani<sup>28</sup>. Mas, bom, a gente deixa, então, esta pergunta para o Leyser. [Riso.] Agora, nesse momento, justamente, da mudança de governo, você e o Leyser também mudam de atuação nesse tópico – Olimpíadas e Paralimpíadas – e passam a compor os quadros da EOM, da Empresa Olímpica Municipal. Quando é que vocês... Logo depois desse afastamento, vocês já passam a integrar a EOM?

---

28 A entrevistadora se refere a Leonardo Picciani, ministro do Esporte a partir de maio de 2016.

J.B. – Logo depois. O prefeito fez o convite ao Leyser, eu vim com o Leyser. Logo depois. O Leyser assume a vice-presidência, eu assumi a assessoria da vice-presidência, ligado a ele. Foi um convite do prefeito. Logo depois. Exatamente para não descontinuar, quer dizer, a gente tinha um papel importante no governo federal – a vinda ajudou o trabalho, aqui, da EOM; a gente acabou se integrando, aqui, à equipe para poder ajudar a fazer todas as entregas e findar o projeto da entrega dos Jogos.

V.F. – E aí, assim, quando vocês passam – você, especificamente – a integrar os quadros da EOM – a assessoria da vice-presidência –, quais são as atribuições que estão colocadas aí, nesse momento?

J.B. – Olha, a gente acompanhou as... A gente estava na fase operacional. Então, a gente cuidou, junto com o presidente da EOM, esse trabalho de ação operacional. Ou seja, a questão da segurança, do transporte, da Força Nacional... Ou seja, a gente colou, um pouco, essa relação de atividades que a EOM tinha na relação com o governo federal e outros entes. Então, o foco foi a questão operacional.

V.F. – E pensando essa relação com a nova gestão do governo federal: como é que foi essa relação, esse diálogo? Houve algum ruído colocado?

J.B. – É que foi uma relação mais na área técnica. Ou seja, quando a gente fala em fase operacional, a gente já vivia, ali, uma relação de entrega das áreas técnicas. Então, foi um trabalho neste âmbito. Não cabia mais à gente a articulação política, nem aqui e muito menos... A gente tinha acabado de sair do governo federal. Então, tinha uma relação mais de trabalho, vamos assim dizer, de articulação política. Foi uma ação mais, aqui, na área técnica, no âmbito da EOM.

V.F. – Como é que estão os trabalhos, hoje, na EOM? Como é que está esse processo de desmobilização?

J.B. – Na verdade, neste caso, seria bom falar muito com o presidente da EOM. Mas eu imagino que, pelo que está se planejando lá, é um trabalho que... de agora até dezembro, é a chamada desmobilização, o desmonte do processo da Olimpíada no que diz respeito à prefeitura: acompanhar a operação do desmonte das instalações, ou seja, deixar esse processo que tinha a responsabilidade da prefeitura zerado. Então, em resumo, é um trabalho de desmobilização.

V.F. – Queria até pedir, depois, sua ajuda num contato justamente com esses outros...

J.B. – Com o Joaquim<sup>29</sup>. Eu sugiro que vocês falem com o Joaquim...

V.F. – Isso. Exatamente. É uma pessoa que já está listada há muito tempo...

J.B. – Depois, no final, vou falar os nomes, aí, que eu acho...

V.F. – Nomes e contatos. [Riso.]

J.B. – Claro.

V.F. – Agora, tem uma questão, aí, também, relacionada ao orçamento dos Jogos, que você acabou de mencionar: é um ponto que sempre teve muito destaque na mídia e que mobilizou, também, a sociedade de modo geral. Inclusive, a gente consegue mapear – tanto na imprensa, na grande mídia, quanto, por exemplo, no Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas – críticas ao aumento do orçamento ao longo de todo esse processo. Como é que esta questão repercutiu no Ministério do Esporte?

J.B. – Mas que orçamento?

V.F. – O orçamento dos Jogos. O orçamento de maneira ampliada, vamos dizer assim. Aí, é claro que quando eu falo do que repercutiu no Ministério do Esporte, eu estou querendo saber com maior detalhamento do governo federal.

J.B. – Eu não tenho esses números assim, totais, mas não houve um... O orçamento foi mais ou menos o planejado. Você pega a matriz de R\$ 7 bilhões: 60% de orçamento da iniciativa privada. Então, você não teve, aqui, eu acho, do plano, uma coisa muito ampliada.

V.F. – Mas essas críticas de alguma maneira repercutiram no Ministério, exigiram de vocês alguma...

J.B. – Não... Não teve muito isso. Quando falavam da Copa, teve esse negócio do recurso para estádio e não para a educação. Ficou... Quando você vai ver, mesmo... É todo um negócio. Se você pegar, lá, números da educação e da saúde, o investido no ano da Copa – eu não tenho isto aqui –

---

29 O entrevistado se refere a Joaquim Monteiro de Carvalho, presidente da EOM no período em que foi realizada a entrevista.

foram bilhões. Quer dizer, o orçamento da educação e da saúde é um negócio fenomenal. Não dá para comparar com os recursos que foram investidos nos estádios; que pese que você pegue um estádio como Brasília, passou de um bilhão. Comparado com um estádio construído na Inglaterra, fica até barato. Não é isso? Os estádios que foram construídos para... as instalações que foram construídas para os Jogos Olímpicos, em proporção, são muito mais caras do que as que foram construídas para os Jogos Olímpicos no Brasil, ou mesmo em comparação com a Copa. De qualquer forma, foi um debate meio, assim, que não... Foi mais um oba-oba do que uma realidade, eu acho. Você pega aqui, não teve uma extrapolação no orçamento. Eu acho que ficou balanceado. Até o prefeito falava muito isso. Ou seja, uma coisa que não teve nenhum exagero. Um orçamento equilibrado. Entendeu? Você não construiu nenhuma coisa excepcional, como uma instalação... China. A China, se ela mostrar uma instalação fantástica...

V.F. – O Ninho do Passáro<sup>30</sup>...

J.B. – Aqui, o fantástico era o Rio. Então, você não... Você construiu, para a Olimpíada, equipamentos – a Vila, que precisava, ou que tinha... ela tinha Maria Lenk<sup>31</sup>, mas construiu outros equipamentos –, nada fora do comum. Então, você não teve muita mudança em cima do planejado. E não teve isto em detalhes. Você não teve nenhum movimento, no Brasil, nenhum questionamento, assim, de “olha, extrapolou o orçamento”. Você não teve. Você teve, um pouco, isto na Copa, com relação aos estádios.

V.F. – É uma questão que eu ia te perguntar.

J.B. – Você teve... Isso teve. Um pouco, isso, na Copa, com relação aos estádios. Você não teve isso na Olimpíada. Foi uma coisa eu acho que mais...

V.F. – Uma das críticas, justamente, que eram colocadas em função da Copa e, depois, para as Olimpíadas, é essa ideia de se evitar elefantes brancos. Inclusive, alguns setores indicavam que alguns estádios construídos para a Copa poderia ser elefantes brancos ali... num momento, num futuro próximo. Como é que, na sua visão, esta questão estava colocada?

---

<sup>30</sup> Trata-se do Estádio Nacional de Pequim, construído para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2008. O estádio ficou conhecido como Ninho do Passáro devido à sua arquitetura.

<sup>31</sup> Trata-se do Parque Aquático Maria Lenk, estádio de natação e outros esportes aquáticos construído para os Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro e que foi utilizado também nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.



J.B. – Eu acho que teve um primeiro momento, no país, com a Copa, que tinha, também, uma campanha de um setor da opinião pública que era o seguinte: “Olha, fazer estádio em Manaus? Fazer estádio em Cuiabá? Fazer estádio em Natal?”. Como se o Amazonas, o Mato Grosso e Natal não pudessem fazer um estádio, quer dizer, fossem inferiores. Se combateu isto. Então, a ideia de fazer uma Copa só no Sudeste e no Sul, seria uma Copa muito localizada. Não seria uma Copa nacional. Nós vamos fazer uma Copa nacional. Tanto que se ampliou o número de sedes. Como fazer uma Copa no Brasil sem uma participação da Amazônia? Como fazer uma Copa no Brasil sem a participação do Pantanal? Como fazer uma Copa no Brasil sem a presença do Nordeste? Quer dizer, seria uma Copa elitizada no Sul e Sudeste. Então, se combateu essa ideia. “Vamos fazer uma Copa nacional.” Foi correto. Uma Copa que o Brasil todo participasse. Na medida em que você vai nesses lugares, tem que construir uma instalação para construir estádio. Tem que ser um estádio que possa receber os Jogos. Foi feito isto. Foi um desafio. Foi um desafio, teve polêmica, mas foi um desafio. Primeira decisão: fazer uma Copa nacional. Foi acertada. Segundo: fazer os estádios. Não estou falando, aqui, do preço. Podia ser menos, podia ser mais barato. Talvez aquilo ali pudesse ter sido um estádio não tão caro. Mas a decisão de organizar a Copa nesses lugares foi importante, e a importância de um estado poder fazer uma instalação esportiva também é importante. Por que Natal não pode? Por que Manaus não pode? Por que Cuiabá não pode? Fez, recebeu a Copa, fez bonito, engrandeceu o Brasil. Então, tira um pouco, também, novamente, essa questão do preconceito contra um outro lugar. Consegui fazer isso. Eu acho que isto foi importante. O futuro dessas instalações, aí vale o desafio do estado que é responsável, os consórcios que assumem instalações, dar condições de fazer com que essa relação tenha sustentabilidade econômica. Você pega Manaus, realiza jogos de futebol. De times nacionais. O Brasil tem times nacionais. Realiza jogos lá. Brasília tem muitos jogos. A seleção brasileira jogou, agora, em Natal. Cuiabá, além de jogos de futebol, tem *rugby*, que utiliza o estádio. Os estádios são multiuso. Eles têm que, também, ter a criatividade de realizar eventos para que possa se sustentar. Isto é um desafio dos consórcios e dos responsáveis por essas instalações. Agora, ter realizado a Copa nesses lugares, ter construído instalações para que possam ser utilizadas inclusive como multiuso – além do futebol, outros eventos –, é processo que o Brasil viveu. É um desafio, agora, dar conta e ocupar essas instalações de forma adequada. Mas, aí, é um desafio que está lançado. É um desafio para a frente.

V.F. – Inclusive, partes das críticas vinham do pressuposto de que eram estádios em dimensões muito grandes, estádios caros, e que a manutenção seria muito cara, que algumas dessas cidades não teriam público e eventos o suficiente para dar conta dessa... vamos dizer assim, da manutenção e da possibilidade de continuidade desses espaços.

J.B. – Olha, esta opinião já vinha antes de construir o estádio. Quer dizer, o cara já achava que não ia... É um pouco meio preconceituosa. “Você não vai conseguir.” É o tal do negócio: é um preconceito contra o local... Ou seja, essa discussão não tem em São Paulo. Essa discussão não tem em Curitiba, não tem no Rio, quer dizer, Natal... Rio pode, Natal não pode. Os dois podem. Agora, como que, daqui para a frente... Eu vejo, lá, a seleção brasileira jogando em Natal. Eu vejo Flamengo e Vasco lotando o estádio em Manaus. Eu vejo, lá, o Vasco, também, e o Flamengo jogando em Cuiabá. Quer dizer, é o desafio futuro. Eu vejo o *rugby*... Tem o *rugby*, um time de *rugby* em Cuiabá utilizando o estádio. Tem eventos.

V.F. – O *rugby* é um esporte que vem crescendo muito.

J.B. – Essas arenas são multiuso. Você faz outros eventos. Você faz casamentos, você faz shows. Então, você... Aí, vale, de quem cuida, de quem é responsável – a própria cidade, o estado –, usar aquele equipamento esportivo para potencializar, inclusive, a questão econômica. Aí, é um desafio de quem administra. Tem que encontrar sempre uma saída. Isto é um desafio presente e futuro. Outra coisa era antes mesmo de... Eu vivi isso. Era antes mesmo de construir estádio, vão dizer: “Olha, em Manaus, não dá. Em Manaus... Manaus? Os caras querem... Natal, um estádio?”. Quer dizer, já vinha com preconceito, como se não tivesse... se aquele povo não tivesse a capacidade de construir aquela instalação. Teve, fez, fez bonito. O desafio, agora, é outro. O desafio é outro: fazer com que aquela instalação, inclusive, possa promover eventos, ser utilizada pela sociedade e ter condições de se sustentar. Vai conseguir? O tempo vai dizer.

V.F. – Agora, já se encaminhando para o final...

J.B. – Agora que eu estou começando a esquentar tudo?

V.F. – Não tem problema. A gente pode ficar aqui... [Risos.]

J.B. – Estou brincando. [Riso]

V.F. – Até... Não sei, 22h, 10h... Está bom, não é? [Riso.] Olha o desespero do Bernardo.

B.<sup>32</sup> – Não, é que eu tenho um compromisso, aqui.

J.B. – Claro, claro.

V.F. – Não, eu sei. Eu sei. Eu estou... Foi só para deixar você desesperado. Bom, mas, assim, no momento da candidatura, o Brasil...

J.B. – Vou ser rápido porque eu sei que ele vai fazer uma boa edição, por isso que eu vou... [Risos.] Para ele fazer uma boa edição, cortar os... Estou brincando.

V.F. – Mas, assim, no momento da candidatura para as Olimpíadas, o Brasil vivia um cenário, vamos dizer assim, de pujança econômica e estabilidade política.

J.B. – É verdade.

V.F. – Isto, inclusive, é um dos pontos ressaltados no dossiê de candidatura. E essa integração entre os diferentes governos – federal, estadual e municipal... E, assim, dois anos depois, mais ou menos, o cenário já muda. A gente passa para um cenário, que você mesmo ressaltou, aqui, antes, de crise econômica e de instabilidade política. E eu queria saber, assim, esse cenário repercutiu de alguma maneira no Ministério do Esporte, ao longo desses últimos dois anos?

J.B. – Eu acho que repercutiu... Essa instabilidade acabou refletindo no Brasil todo. Quer dizer, você pega, mesmo, a questão, aqui, da abertura dos Jogos – quem vinha, quem não vinha... Começando por aí. Teve a possibilidade de vir o Temer<sup>33</sup>, a possibilidade de vir a presidenta Dilma, mesmo ainda naquele processo de discussão do afastamento – você veja que mostrava que tinha... o Brasil vivia uma situação de instabilidade. Nada mais justo do que a presidenta Dilma estar na abertura. Que bom que ela tivesse vindo como presidente. Não conseguiu vir. Fruto dessa instabilidade. Isto já rumava para uma situação que todos nós vivemos. Então, é evidente que essa instabilidade política e econômica refletiu nas representações e interferiu na mudança, inclusive, do comando do Ministério: outro ministro, outros responsáveis... Como eu falei, o governo, até a saída da presidenta Dilma, deixou a organização em voo de cruzeiro. Então... Ou seja, já estava começando a Olimpíada. Tinha sido garantido o processo. Mas evidente que teve essas mudanças.

V.F. – Mas mesmo antes do afastamento, nesse um ano e meio, mais ou menos – assim, 2015, parte de 2016 –, houve uma repercussão concreta?

---

<sup>33</sup> O entrevistado se refere a Michel Temer.

J.B. – Eu acho que, mesmo com tudo isso... o projeto foi garantido. Quando eu falei que estava em voo de cruzeiro, é porque, apesar de todas essas mudanças... mudanças naturais – mudança de ministro, porque mudou o presidente ou mudou a equipe do presidente – ou mudanças abruptas, fruto dessa crise econômica e política, o projeto foi preservado. Um ou outro ajuste, mas ele foi preservado. Ele sobreviveu. Sobreviveu no âmbito do governo federal, sobreviveu no âmbito dos governos locais, mesmo com a crise econômica do estado do Rio de Janeiro, vale lembrar – o estado do Rio de Janeiro também entrou numa crise econômica razoável – vivemos até hoje – mesmo com isto... Imagino que o COI, lá na Rio 2016, teve que replanejar alguns investimentos internos. Porque eu acho que, também, isto, este negócio de vender ingresso, esta expectativa de vender tudo e tal, eu acho que, talvez, a própria Rio 2016... Aí, tem que ver com eles. Imagino que eles redimensionaram alguns gastos, que afetaram o corte de alguma coisa para poder atingir o orçamento. Imagino que tenha tido isto. Neste caso, eu imagino, vendo, lendo o que eu pude acompanhar. Mesmo com tudo isso, eu acho que conseguimos entregar em alto nível, o evento. Quando falo conseguimos, eu tenho a... Você veja que... Vocês vão ver isto: quando eu falo aqui, muitas coisas eu falo em nome do Ministério, quando eu estava lá, ou do Comitê Gestor; muitas coisas eu me atrevo a falar em nome do país, ou seja, nós como país e todos nós como responsáveis pelos entes que estiveram envolvidos. Como membro do Ministério e membro do Geolimpíadas, participei dessas reuniões, com todos esses entes reunidos, então, por isso que eu, às vezes, falo nós como um todo, mesmo com as dificuldades, conseguimos – e o país, em última instância – o Brasil conseguiu entregar os Jogos... Com êxito! [ênfase] Isto é que é importante. Essa turbulência... Ou seja, ... tudo isso, e eu tenho uma opinião política sobre isso, que aqui me manifestei nas entrelinhas ou mesmo claramente – participava de um governo, tive que sair dele, fruto dessa ruptura –, mas acho que nós conseguimos. Que pese tudo isto, e as próprias dificuldades econômicas, que a gente teve que fazer contenções e tal, conseguimos entregar. Isto é que é importante. O Brasil conseguiu entregar... E é mais do que o Rio de Janeiro. Quer dizer, nesse caso, o Rio de Janeiro recebeu os jogos – teve Cidades do Futebol fora do Rio –, mas foi o Brasil. O Rio de Janeiro era o Brasil, e o Brasil todo, como nação, entregou os Jogos.

V.F. – Agora, em alguns momentos, a gente percebe, aí... Por exemplo, um pouco antes, por volta de maio, abril... Enfim, agora está... confesso que eu vou perder, um pouco, esse mês exato. A gente teve um manifesto assinado por 160 cientistas – acho que alguns poucos brasileiros, mas a maioria estrangeiro – desindicando a realização dos Jogos aqui. Isto chegou a ser pauta, mesmo que de maneira mais tímida, mas na imprensa. No caso dos cientistas, por conta da zika, mas a gente vê isso sendo, vamos dizer assim, ventilado em alguns momentos. O COI, em algum momento, durante esse processo, chegou a aventar essa possibilidade de mudança da sede?

J.B. – Zero. Está falando de cientistas internacionais, não é?

V.F. – É. Alguns poucos brasileiros, mas a maioria, o grosso internacionais.

J.B. – É, a maioria internacionais. Eu acho que aí teve, mais uma vez, desinformação de setores da mídia nacional, ou seja, meio que... voltando ao complexo de vira-lata, meio que exagerou esse negócio da zika. Não... E o governo imediatamente se mobilizou, não subestimou a questão da zika. Tanto que fez uma campanha nacional. Teve duas sessões de visitas de ministro no Brasil todo, visitando, coordenando uma campanha de combate à zika, esclarecendo etc. Isto foi importante. Nós fizemos – eu, inclusive, montei isto, coordenei esta montagem de uma reunião com todas as confederações brasileiras de esporte sobre o tema. Uma reunião que teve a presença do ministro do Esporte, George Hilton, na época, do presidente da Rio 2016 e do COB<sup>34</sup>, o Nuzman<sup>35</sup>, na sede do COB, com todas as confederações, com representantes do Ministério da Saúde, que coordenavam essas ações. Teve um debate de esclarecimento, de mobilização sobre a questão. Tivemos uma orientação do governo federal para as confederações e para os países, em todo o país, dizendo o seguinte: que ficassem tranquilos, que o Brasil estava combatendo a questão da zika, de que o período das Olimpíadas era um período em que isso estaria mais tranquilo, quer dizer, era tempo de inverno etc. Ou seja, isso ajudou a informar as confederações, porque havia desinformação, e isso ajudou a tranquilizar. E, de fato, a associação desse trabalho de divulgação e do trabalho feito pelo governo tranquilizou a prefeitura, aqui, e o governo do estado. Então, ficou... Alguns setores da mídia internacional, ou por preconceito ou por desinformação – espero eu que não tenha sido por maldade –, ficaram, ainda, buzinando esse fato. Tanto que se comprovou exagerado. Não teve... Não sei se teve um ou outro caso, quer dizer, não teve problema com relação a isso. Todos os atletas vieram, gostaram etc. Quer dizer, você não ouviu falar desse problema durante os Jogos. Mas foi mais um... é bom que você tenha lembrado, mais uma questão que nós enfrentamos, do... O governo federal jogou um papel grande nisso, porque ele... Exatamente, essas ações que eu acabei de relatar, a gente fez, internacionalmente, coletivas e depoimento do ministro do Esporte, ministro da Saúde, do governo federal... Ou seja, nós conseguimos interlocução com as confederações internacionais, com os países e com a própria imprensa, conseguimos trabalhar o assunto. Mas, você veja, é uma coisa que nós tivemos que enfrentar, e acho que enfrentamos bem, que pese a desinformação, e conseguimos dar conta de modo que não teve problemas durante o evento. Teve em Miami. Miami, naquela região do... Até não sei se saiu na imprensa. Teve um estado...

---

34 Trata-se do Comitê Olímpico do Brasil (COB).

35 O entrevistado se refere a Carlos Arthur Nuzman.

V.F. – Justamente, era o verão, lá.

J.B. – É, um estado ali... Principalmente ali em...

V.F. – Em Washington, teve a febre do Nilo, não é?

J.B. – É. Esqueci o nome do estado, ali, que está...

V.F. – Flórida?

J.B. – Flórida! Teve vários casos, não é?

V.F. – Agora, a gente já está a praticamente dois meses do fim das Olimpíadas e um mês, quase, do fim das Paralimpíadas. Eu queria te ouvir. Qual o balanço que você faz desse processo?

J.B. – Eu já estou triste, aqui. [Riso.] Já estou sentindo saudade dos dois grandes eventos. Eu acho que o tempo vai dizer, para a gente poder fazer um balanço mais completo. Eu acho que eu falei algumas coisas sobre isto, mas se for para fazer um resumo geral, foi... Foram dois eventos conjugados – os Jogos Olímpicos e Paralímpicos – bem-sucedidos. É impressionante como os Jogos Paralímpicos, até então, eram vistos, ainda, como alguma coisa... um evento não com a dimensão que, de fato, ele teve. Ele foi... O Brasil abraçou os Jogos Paralímpicos, também. Tudo isso... Eles se somaram. A participação intensa, a repercussão boa dos Jogos Paralímpicos foi uma coisa positiva. Eu reafirmo aqui: eu acho que foram dois grandes eventos bem organizados; o Brasil recebeu bem o mundo, mais de um milhão... quase 1,2 milhão de turistas. Se você pegar as pesquisas, mais de 90% quer voltar. Nós precisamos aproveitar isto. Mais de 90% gostaram do transporte, da recepção no aeroporto, das instalações... Quando fala do Rio... Quer dizer... A recepção. Então, você faz a leitura dos números, dos balanços dos turistas internacionais e mesmo dos brasileiros que vieram ao Rio ou circularam em outro lugar, é muito positivo. Então, quer dizer... O balanço é positivo. O Brasil ganha com isto. Acho que o Brasil realizou, nessa crise; conseguiu entregar. Conseguiu sobreviver, entregar o evento. Espero que a história ajude a deixar um legado maior. Acho que isso tem que ser medido, ainda. Que fique... Acho que ficou coisa boa, como eu falei; o material é uma coisa visível – as obras –, e o imaterial é um pouco esse negócio da imagem, da participação, das mensagens que ficam, dos ensinamentos que ficam, das coisas que nós podemos aproveitar para potencializar – essa questão da acessibilidade é uma coisa que... ou seja,

essa mensagem da Paralimpíada eu acho que é fantástica. Não é só da Paralimpíada, mas a Paralimpíada desperta para isto, para ver as pessoas. Você vê um atleta, você vê uma pessoa. Você vê, ali, coisas que você pode fazer melhor para a população. Então, eu acho que o Brasil cumpriu o seu objetivo, mostrou todo o seu potencial. O Brasil mostrou que pode realizar qualquer evento de qualquer natureza. Porque o Brasil também tem isto: ele é um mediador. O Brasil tem uma cultura de paz. O Brasil... Eu acho que essa... A gente vai ter que recuperar isso, mas o Brasil era chamado mais para mediações internacionais, ou seja, a gente faz dois eventos desses, o Brasil aparece. Eu acho que isso nós precisamos recuperar de novo, esse prestígio internacional. Porque um país que faz eventos dessa natureza aparece... Vem aqui, essa construção que foi a... essa mistura. Não tem terrorismo, ou seja, você tem... Você é recepcionado de forma igual. Lembrando: o Brasil ainda é desigual, muita desigualdade etc., mas essa cultura que o Brasil transmite é um legado extraordinário. Não sei se tem um outro país que consegue fazer isto. Eu acho que isso é o principal. O Brasil deixa essa marca, deixa esse simbolismo. Porque as Olimpíadas deixaram isso. Vamos ver o que isso faz brotar na nossa cultura. Não é isso?

V.F. – Eu me vejo amplamente contemplada. Não sei se você gostaria de destacar mais alguma questão que eu...

J.B. – São tantas. Posso lembrar depois. Eu ligo de volta.

V.F. – Isso. [Riso] Bom, então, eu queria deixar, aqui, mais uma vez, registrado o agradecimento.

[FINAL DA ENTREVISTA]